



ELPO



PORTE
PAGO

ANO IV
FEVEREIRO
N.º 57
1978
MENSAL
PREÇO 10\$00

Órgão da Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Propriedade, Administração e Redacção
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência — Largo de S. Domingos — LISBOA
Director: António J. Lavouras Lopes

Composto e impresso nas oficinas
EMPRESA PÚBLICA DOS JORNAIS SÉCULO E POPULAR (EPSP)
Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

EDITORIAL

Um dos objectivos primeiros e fundamentais dos deficientes das Forças Armadas, com a criação da ADFA e com a intensa participação associativa nos primeiros tempos da Associação, era concretizar formas e mecanismos eficientes que lhes permitissem conquistar os seus direitos de deficientes — direitos esses que deveriam traduzir-se em legislação própria, não paternalista mas que lhes garantisse que o seu futuro, de lutas e dificuldades sim, não assentasse no espectro da caridade e da esmola.

Ao mesmo tempo pretendia-se, obviamente, forçar a criação de condições que levassem a sociedade a reconhecer em cada deficiente um cidadão igual a qualquer outro e lhe desse a oportunidade de utilizar as suas capacidades restantes em seu benefício próprio e da colectividade.

Mercê de um trabalho persistente, conseguiu-se de facto que nova legislação fosse promulgada. Mas essa legislação, consignando regalias e direitos pretendidos, veio contemplar poucos mais que aqueles que beneficiavam já de legislação razoável. Os outros, muitos outros, que não tiveram culpa nenhuma que a sua deficiência tivesse sido adquirida fora do âmbito do serviço de campanha, ou mesmo fora do âmbito do serviço simples, ficaram a aguardar melhores dias.

As condições que se reclamara urgentes para os deficientes viverem uma vida digna e integrada na comunidade tardaram tanto que ainda não chegaram.

Entretanto começam a surgir sintomas de que alguns direitos conquistados e claramente expressos na lei poderão ser banidos. Em alguns casos a lei não se cumpre, noutros viola-se e desrespeita-se.

Estes sintomas podem prenunciar um outro mais grave: Aquilo que os deficientes das Forças Armadas conquistaram, graças a uma persistente e intensa vida associativa, poderá ser posto em causa.

Será oportuno relembrar a tão conhecida questão do «Código do Inválido», publicado depois da 1.ª Grande Guerra e revogado por Salazar alguns anos depois.

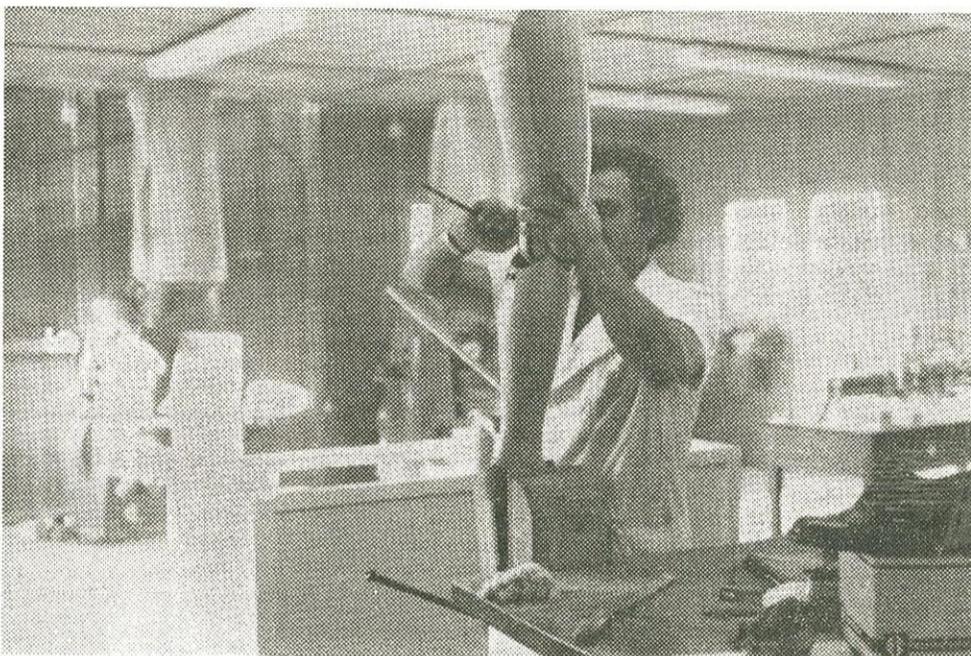
Este código encerrava todas as medidas (justas para a época) de apoio e protecção aos deficientes (então designados por inválidos) da 1.ª Grande Guerra. Com a sua revogação, Salazar lançou na miséria e no abandono todos aqueles homens que nas fileiras do Exército Português em França contraíram deficiências mais ou menos graves.

Encontrámo-los, já poucos (a maioria tinha falecido), em 1974, lutando ao nosso lado por mais algumas regalias de fim de vida que não fosse a mísera pensão de 200\$00 e a garantia do funeral gratuito a cargo da Liga dos Combatentes.

A dureza destas reflexões, extraídas de uma realidade passada e de outra presente que parece tender a assemelhar-se à primeira, abate-se com crueldade sobre o espírito de cada sócio da ADFA. Mas elas têm, assim o pretendemos, apenas a função de alertar todos os deficientes das Forças Armadas, para a necessidade de estarmos preparados para amanhã defendermos, se necessário for, aquilo que ontem conquistámos.

E o pessimismo que aqui possa transparecer não será mais que a consciência que temos de quanto difícil é a caminhada para o reconhecimento dos deficientes como cidadãos de estatuto completo.

**A REABILITAÇÃO DOS DEFICIENTES
PASSA PELA REABILITAÇÃO DA SOCIEDADE**



**OFICINA
DE
PRÓTESES
DA
ADFA**

(páginas interiores)

PROGRAMA DO II GOVERNO CONSTITUCIONAL

REITERA A INTENÇÃO DE EFECTIVAR UMA POLÍTICA NACIONAL DE REABILITAÇÃO PREVISTA PELO GOVERNO ANTERIOR

Tal como o programa do I Governo Constitucional, o programa do II Governo Constitucional, recentemente aprovado na Assembleia da República, dedica um capítulo ao problema

da reabilitação dos deficientes. Transcrevemos, a seguir, na íntegra, esse mesmo capítulo, salientando, desde já, uma passagem em que se reconhece a importância da acção interventora e crítica dos deficientes na execução de uma política nacional de Reabilitação.

Entretanto o Primeiro Ministro, Dr. Mário Soares, aquando da apresentação do programa à Assembleia da República, referiu no seu discurso. «O nosso País saiu de uma guerra, que

(Continua na 10.ª pág.)

CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES EXORTA OS DEFICIENTES E SINISTRADOS A LUTAREM PELOS SEUS INTERESSES IMEDIATOS E PELOS SEUS DIREITOS CONSTITUCIONAIS

A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional, no plenário realizado no dia 4 de Fevereiro, decidiu «apelar aos trabalhadores reformados, aos deficientes e sinistrados, aos desempregados, aos rendeiros, seareiros e caseiros, aos pequenos

(Continua na 10.ª pág.)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

ARTIGO 71.º

1 — Os cidadãos física ou mentalmente deficientes gozam plenamente dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição, com ressalva do exercício do cumprimento daqueles para os quais se encontram incapacitados.

2 — O Estado obriga-se a realizar uma política nacional de prevenção e tratamento, reabilitação e integração dos deficientes, a desenvolver uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles e a assumir o encargo da efectiva realização dos seus direitos, sem prejuízo dos direitos e deveres dos pais ou tutores.

QUAL É A CORRECTA?

- 1 — O adjectivo, que também pode ser substantivo masculino, «SABICHOSO» significa:
 - a) Que emprega mal o seu saber (pessoas)
 - b) Que tem ferimentos com bichas (animais)
 - c) Que é portador de parasitas (plantas)
- 2 — Se a duas partes de Hidrogénio juntarmos uma de oxigénio, obtemos um composto líquido que se chama
 - a) Ar líquido
 - b) Mercúrio
 - c) Água
- 3 — Wagner, Litz, Chopin, Verdi entre muitos outros, não nomes mundialmente conhecidos. A fama deles provem da maneira magistral como se dedicaram a uma arte tão apreciada no mundo inteiro. A que arte nos referimos
 - a) Pintura
 - b) Escultura
 - c) Música
- 4 — O aparelho destinado a avaliar a quantidade de glóbulos que existem no sangue, chama-se.
 - a) Sanguómetro
 - b) Globulómetro
 - c) Globulômetro
- 5 — A poesia pastoril, geralmente dialogada, recebe o nome de:
 - a) Écloga
 - b) Redondilha
 - c) Soneto
- 6 — A estrela Polar pertence a uma constelação boreal, «vizinha» do polo ártico. Como se chama essa constelação
 - a) Ursa Maior
 - b) Ursa Menor
- 7 — Em 1118 foi fundada uma ordem militar-religiosa denominada Cavaleiros do tempo, ou simplesmente templários. Em Portugal esta ordem apareceu em 1125. Por toda a parte, especialmente em França, os templários deixaram um legado histórico de elevado significado, inclusivé com interpretações esotérico. Que localidade portuguesa se orgulha de possuir o maior legado histórico desta Ordem?
 - a) Vila Nova de Foz Côa
 - b) Silves
 - c) Tomar
- 8 — O hectar é uma medida de superfície a que correspondem:
 - a) Mil metros quadrados
 - b) Dez mil metros quadrados
 - c) Cem mil metros quadrados
- 9 — Hélio. Corpo simples de densidade 0,13, que existe em pequena quantidade. É um:
 - a) Gaz
 - b) Líquido
 - c) Sólido
- 10 — Filho dum mineiro alemão, nasceu em 1483 em Eisleben, na Saxónia. Coursou Direito na Universidade de Erfurt. Aos 22 anos tornou-se monge agostinho. Mais tarde foi professor de teologia na Universidade de Wittem-

O MAIOR MISTÉRIO DO NOSSO TEMPO

O TRIÂNGULO DAS BERMUDAS

No último número de «Elo», na rubrica «A Cultura é uma Arma» apresentamos a questão da lendária «Atlântida», que, a ter existido, ficaria situada algures no Oceano Atlântico, entre os Estados Unidos e a Europa. Há quem pretenda localizar o já tão falado «Triângulo das Bermudas» nesse mesmo espaço em que se teria situado a «Atlântida».

Entretanto, se da «Atlântida» muito se falou em tempos remotos, talvez não menos se tenha falado (e se falará ainda mais?) nos tempos actuais do «Triângulo das Bermudas», que poderá ser a própria Atlântida (submersa?) apenas com designação diferente.

A geito de complementar o trabalho que publicámos no último número, apresentamos a seguir um artigo sobre o «Triângulo das Bermudas» que foi publicado na «Revista da Armada» na sua edição de Janeiro passado.

Bem se diz que não há duas sem três... Efectivamente, a nossa Revista já abordou o assunto nos seus números 60 e 61, respectivamente de Setembro e Outubro de 1976. Mas o tema é inesgotável e desta vez, além de acrescentarmos alguns casos, voltamos a ele para informar que uma expedição constituída por cinco navios soviéticos e cinco americanos vai investigar no local se realmente existe alguma coisa.

É que ninguém esqueceu ainda o desaparecimento simultâneo de cinco bombardeiros «ITB Avenger» e do «Martine Mariner» enviado em sua busca. Da forma como tudo se passou dá a impressão de que os seis aparelhos se volatilizaram!

Diz-se que milhares de homens e centenas de navios e aviões ali desapareceram, depois de 1945, sem deixar rasto.

Sabe-se que há aberrações magnéticas em muitos pontos da Terra, mas nas Bermudas elas atingem um alto grau, e já o famoso aviador Charles Lindberg assinalou em 1928, que ao voar no local, as duas agulhas magnéticas do seu avião davam indicações erradas. As explicações para todos estes fenómenos não têm faltado: desmaterialização súbita devida a uma interferência energética sideral e cósmica, desvio no «continuum» Espaço-Tempo, transformação interdimensional através de um canal de passagem onde as vítimas terão entrado sem possibilidade de sair, seres extra-terrestres em acção, etc., etc. Há até quem não acredite em nada do que se diz...

Os navios da expedição, que toma o nome de código «Polymode», vão, durante um ano, estudar correntes, redemoinhos, magnetismo, meteorologia, geoquímica, etc. Um deles, o «Victor Bugaev», encontra-se já no local, em permanente ligação rádio com o posto de comando da expedição, que é financiado pelo Massachusetts Institute of Technology.

A importância da expedição e as verbas atribuídas, mostram bem que se acredita que alguma coisa de anormal se passa no sinistro triângulo! Bem sabemos que há lugares malditos em quase todos os mares, para os marinheiros claro, mas o Triângulo das Bermudas é o mais citado e tornou-se um fenómeno preocupante para o mundo.

Consta que um navio de guerra detectou no sonar uma pirâmide de 128 metros de altura e 164 de base, situada a uma profundidade de 900 metros. Como esta pirâmide está situada na mesma latitude da de Guizeh do Egipto, o caso leva-nos logo a pensar na lendária Atlântida!

O caso mais fantástico, porém, até hoje revelado acerca do triângulo maldito foi descrito na respeitável revista «Heliflash». Trata-se da pasmosa aventura vivida pelo piloto de um avião ligeiro «Cessna» que ao sair de uma camada de nuvens abalroou, com uma asa, um outro avião, dum estranho tipo da Segunda Guerra Mundial, pilotado por um aviador equipado à época. O embate não teve consequências e conseguiu aterrar, são e salvo.

Tentou então saber a identidade de tão obsoleto aparelho e constatou, com espanto, que não havia nenhum avião daqueles registado na zona ou

nos países vizinhos. O caso era já de pasmar, mas... Passados tempos, soube que num local das redondezas tinha sido encontrado, escondido debaixo de algumas toneladas de palha, um avião do tipo que ele tinha abalroado, o qual dava indícios de ali estar há muito tempo.

Efectivamente, o último registo do diário de bordo data de há mais de cinquenta anos e... fazia referência ao terror do piloto por ter abalroado um engenho metálico em pleno céu!

Mas o mistério ainda não acaba aqui. Os inquiridores descobriram no aparelho traços da tinta do avião moderno!

E o artigo do «Heliflash» termina perguntando: será possível que, nalguns casos, a barreira do passado ou do futuro se entreabra e certas pessoas se vejam, contra a sua vontade, projectadas no tempo?

A COLUNA DO ZANGÃO

Já fazia tempo que o nosso apreciado amigo Zangão não nos visitava. Pensámos que fosse por causa do Inverno. Mas não. Não foi esse o motivo da ausência do nosso amigo. Contudo ninguém melhor que ele para nos esclarecer convenientemente.

«Ora muito bom dia, amigo Zangão. A que se deve tal ausência? Está zangado connosco?» — perguntou do fundo da sala o director.

O seu corpiço virou-se então para o director do nosso «ELO» e, dominando a redacção de maneira a ser bem visto e melhor ouvido, disse: «Não! Não estou zangado com a rapaziada. De maneira nenhuma. Acontece que com a queda do governo e o levantamento do nosso governo, pretendi ficar na expectativa. E como assisti aos debates pela rádio e TV vou dar-vos um conselho: vamos suprimir o muito e ficar só no bom-dia. Dizer «muito bom-dia» não está de acordo com a política de austeridade que vai ser levada a efeito.

«Ora, ora, também não é tanto assim — dissemos-lhe. — E já agora o que pensa o nosso amigo Zangão da austeridade. Vemos o seu ferreiro muito agitado, como que procurando um ou mais alvos».

Numa posição que parecia a de um «judoca» o Zangão bateu as asas, lançou o seu zumbido, e olhando para o «redactor de serviço» pediu-

-lhe que transcrevesse para o papel o seu pensamento. Depois de tudo a postos o Zangão dispôs-se a comentar a sua concepção de austeridade, após ter pedido silêncio. Pedido que foi por todos nós prontamente atendido.

«Ora bem — começou o Zangão — pediram-me para comentar a política de austeridade e vou fazê-lo».

«Evidentemente que todos sabemos que a economia portuguesa está em precária situação. Também todos sabemos que não podemos viver eternamente na base dos empréstimos, pois quanto mais se recorrer ao crédito externo, mais ameaçada está a nossa Independência Nacional. (E num aparte). Há quem diga que já se pede dinheiro para se pagarem os pjuros doutros empréstimos.

«Mas está certo. É necessária a austeridade, pois praticar-se — continuou o Zangão — muito compenetrado no que estava dizendo — mas que se vejam exemplos que possam ser seguidos pelo Povo. E se me permitem utilizar o vosso jornal, gostaria de formular algumas perguntas que me parecem bastante pertinentes».

«É claro que não nos opusémos. O Zangão além de colaborador é um amigo. E dos bons.

«Pois bem, aqui vai. — Será que com esta política de austeridade vamos deixar de ver circular aos domingos, feriados, etc., automóveis com a chapinha «ESTADO»?

«Será oportuno a realização da «reunião da Primavera da União Interparlamentar»?

«Esta reunião consta um vasto programa conforme se pode ler num suplemento do «Diário da Assembleia da República». Eis alguns exemplos significativos das despesas previstas para a reunião a realizar entre os dias 27 de Março e 1 de Abril deste ano.»

E respirando a custo puxou de um papel que passou a ler:

«— Nesta reunião — continuou o Zangão — vai-se gastar com pessoal (secretárias, recepcionistas, etc), 100 contos; gratificações diversas, horas extraordinárias, despesas eventuais, 750 contos; para o programa social (recepção do chefe de Estado, almoço em Seteais, corrida de touros, manifestação cultural, passagem de modelos) estão previstos mil contos; presentes — 1400 contos, imprevidos 2015 contos. Prevê-se que a corrida de touros orce os 150 contos e a passagem de modelos os 50 contos.

«Passo agora a ler uma passagem que me parece significativa.

«Por sugestão do grupo português foi acordado oferecer a cada delegado uma pasta de pele e uma caneta. A quantia indicada, de 1260 contos, não pode ser diminuída sem prejuízo do nível do presente que se pretende oferecer».

«Esta conversa já vai longa, mas não querendo alongá-la ainda mais pergunto:

«Que austeridade?»
E dizendo isto o nosso amigo Zangão lá se foi embora. Um dia voltará com novas palavras que ao fim e ao cabo mais não são do que apreensões que todos nós sentimos.

O ZANGÃO

berg. Nessa altura devido à vida faustosa e debochada de papas e bispos a Igreja enfrentava uma das suas maiores crises. Leão X com o propósito de angariar fundos divulgou uma longa lista de venda de indulgências. Achando esta medida inadequada, manifestou-se publicamente nesse sentido pelo que foi excomungado. Como resposta queimou a bula de excomunhão na praça pública de Wittemberg. Devido a este contencioso foi um dos Reformistas e «pai» duma nova teoria — o Protestantismo. Quem foi ele?

- a) Lutero
- b) Melanchton
- c) Calvino

RESPOSTAS: 1-a): 2-c): 3-c): 4-b): 5-a): 6-b): 7-c): 8-b): 9-a): 10-a):

OFICINA DE TIPOGRAFIA

DA
ADFA

EXECUTA
TODOS OS TRABALHOS
DE TIPOGRAFIA
E ENCADERNAÇÃO

Rua Artilharia Um — Tel. 653593 — LISBOA

PÁGINA CULTURAL

A POESIA É A ARTE-VIVA. A SUA ASSIMILAÇÃO, ALÉM DE INSTRUTIVO, PROVÓCA-NOS REACÇÕES FACILMENTE COMPREENSÍVEIS QUANDO LIDA OU ESCUTADA ATENTAMENTE, COM O ESPÍRITO ABERTO A CRÍTICA. A OBJECTIVIDADE E PROFUNDIDADE QUE A POESIA ADQUIRE, VARIA COM O POETA. A POESIA, COMO QUALQUER OUTRA FORMA DE ARTE, TEM DUAS OPÇÕES: — OU ESETA A FAVOR DO POVO, DO POVO TRABALHADOR E EXPLORADO; OU ESTÁ CONTRA ESTE A FAVOR DOS EXPLORADORES. PODEMOS AINDA CONSIDERAR A POESIA QUE NÃO DEFENDE NEM ATACA NENHUMA CLASSE, ISTO É, A POESIA ROMÂNTICA OU NÃO INTERVENCIONISTA.

HOJE A LITERATURA DEIXOU DE PODER SER INOCENTE. ELA TEM QUE SER OBJECTIVA E PÔR-SE AO SERVIÇO DA EMANCIPAÇÃO POPULAR.

PARA MELHOR COMPREENSÃO DA ARTE POÉTICA E A SUA FUNÇÃO, CITAMOS MAIAKOVSKI QUE NOS AFIRMA:

PRIMEIRO / É PRECISO / TRANSFORMAR A VIDA / PARA CANTÁ-LA / EM SEGUIDA

É ESTA «TRANSFORMAÇÃO DA VIDA», DA MANEIRA DE PENSAR E AGIR QUE NÓS PRETENDEMOS LEVAR A TODOS COM A DIVULGAÇÃO DE POETAS, CONSAGRADOS OU NÃO, ATRAVÉS DESTA RUBRICA DO NOSSO «ELO».

CABE-NOS DIZER QUE É NOSSA INTENÇÃO, DIVULGARMOS SEMPRE, PELO MENOS, UM POETA NACIONAL NESTA RUBRICA.

EMBALO DO TEJO

Em Vila Velha rompestes
nosso destino de terra.
Abrantes recolhe a saia
e fica a ver-te passar
pelos campos do Sorraia.
Corres pelo Ribatejo,
pelas lezírias abertas
como um toiro de água azul,
símbolo de toiro a quem
não dominam os campinos
que à tua cola galopam
em seus cavalos de terra.

Quem te vir em Almeirim
pastando entre os salgueirais,
bezerro de mansas águas,
não te conhece depois
nos campos de Vila Franca,
arena das tuas raivas.
Só Lisboa te domina,
com seu capote de mar;
numa sorte de bruxedo
faz de ti um leão verde
com sangue de sal marinho.

Contigo descem de Abrantes
os filhos dos camponeses,
em Almeirim são campones,
em Vila Franca barqueiros,
e quando chegam ao mar
o mar os faz marinheiros
com sangue de sal marinho.

À tua foz o mar nos pareceu
o nosso caminho natural,
o destino que se tem e que se escolhe
como se fosse fatal.

JOAQUIM NAMORADO

DOCE LIBERDADE

Liberdade querida e suspirada,
Que o despotismo acérrimo condena!
Liberdade, a meus olhos mais serena
Que o sereno clarão da madrugada!

Atende à minha voz, que geme e brada
Por ver-te, por gozar-te a face amena!
Liberdade gentil, desterra a pena
Em que esta alma infeliz jaz sepultada

Um, oh deusa imortal, vem maravilha,
Vem, oh consolação da humanidade,
Cujo semblante mais que os astros brilha!

Vem, solta-me o grilhão da adversidade!
Dos céus descende, pois dos céus és filha,
Mãe dos prazeres, doce Liberdade!

BOCAGE

POEMA DO HOMEM SÓ

Sós,
irremediavelmente só,
como um astrô perdido que arrefece.
Todos passam por nós
e ninguém nos conhece.

Os que passam e os que ficam,
todos se desconhecem.
Os astros não se explicam:
arrefecem.

Nesta envolvente solidão compacta,
quer se grite ou não se grite,
nenhum dar-se de dentro se refracta,
nenhum ser nós se transmite.

Quem sente o meu sofrimento
sou eu só, e mais ninguém.
Quem sofre o meu sofrimento
sou eu só, e mais ninguém.
Quem estremece este meu estreme-
[cimento]
sou eu só, e mais ninguém.

Dão-se os lábios, dão-se os braços,
dão-se os olhos, dão-se os dedos,
bocetas de mil segredos
dão-se em pasmados compassos;
dão-se as noites, dão-se os dias,
dão-se apitivas esmoladas,
abrem-se e dão-se as corolas
breves das carnes macias;
dão-se os nervos, dá-se a vida;
dá-se o sangue gota a gota,
como uma braçada rota
dá-se tudo e nada fica.

Mas este íntimo secreto
que no silêncio concreto,
este oferecer-se de dentro
num esgotamento completo,
este ser-se sem disfarce,
virgem de mal e de bem,
este dar-se, este entregar-se,
descobrir-se e desflorar-se,
é nosso, de mais ninguém.

ANTÓNIO GEDEÃO

PARTIR

Eu vou-me embora para além do tejo,
não posso mais ficar!

Já sei de cor os passos de cada dia,
na boca as mesmas palavras
batidas nos meus ouvidos...

— Ai as desgraças humanas destas
[paisagens iguais!...

Abro os olhos e não vejo
Já não ando, já não oiço...

Não posso mais...
Grita-me a Vida de longe
e eu vou-me embora para além do
[Tejo.

Passa a ave no céu bebendo azul e
[diz: — Vem!

O vento envolve-me numa carícia,
envolve-me e murmura: — Vem!

As ondas stalam nas praias e vão
[mar fora,

as mãos de espuma a prender-me
[os sentidos

chamam no fundo dos meus olhos:
[— Vem!

— Camaradas, eu vou, esperai um
[pouco...

Ai, mas a vida nunca espera por
[ninguém...

E a noite chega vingadora;
o vento rasga-me o fato,
as ondas molham-me a carne
e a ave pia misticamente no ar;
abro os olhos e não vejo,
já não ando, já não oiço,
— e fico, desgraçado de ficar!...

MANUEL DA FONSECA

NA CIDADE NASCI

Na cidade, quem olha para o céu?
É preciso que passe o avião...
Quem me dera o silêncio, a solidão,
Onde pudesse, alguma vez, ser eu!

Na cidade nasci; nela nasceu
A minha dispersiva inquietação;
E o meu tumultuoso coração
Tem o pulsar caótico do seu.

Ah! Quem me dera, em vez de gasolina,
O cheiro da terra húmida, a resina
A flores do campo, a leite, a maresia!

Em vez da fria luz que me alumia,
O luar sobre o mar, em tremulina...
— Divina mão compo uma poesia.

CARLOS QUEIRÓS

OFICINA DE PRÓTESES DA ADFA — PORTO

PEDIDOS DE COLOCAÇÃO DE DEFICIENTES

A oficina de próteses da Associação no Porto é um motivo de orgulho. Ela demonstra, em primeiro lugar, a capacidade da Associação nas suas iniciativas para resolver directa ou indirectamente muitos dos problemas dos deficientes das Forças Armadas e representa, em segundo lugar, um passo decisivo no sentido de se pôr termo a uma comercialização excessivamente lucrativa ou mesmo especulativa no domínio da prestação de serviços a deficientes. Este último aspecto é comprovado pela «indisposição» e consequente reacção pouco limpidas das casas da especialidade do Porto.

A realidade que é a oficina de próteses da Associação, a sua importância, e a realidade que são os dificuldades dos deficientes quando da adaptação de próteses são bem nossas conhecidas e bem sentidas por muitos de nós. Essas dificuldades, que vão desde o processo moroso da adjudicação e colocação da prótese até à deficiente adaptação e frequentes avarias posteriormente.

Mas esta realidade, bem conhecida dos deficientes, é, contudo, desconhecida do público e, muitas vezes, de quem, bem intencionado, governa. E é, no entanto, de grande importância que as pessoas tenham conhecimento destes pequenos grandes problemas que mais que afectam um determinado tipo de indivíduos, que afectam toda uma sociedade.

Neste sentido, reveste-se de grande importância uma reportagem que o jornal «Comércio do Porto» publicou na sua edição de 17 de Janeiro passado sobre a oficina de próteses da Associação com o título «ONDE PÔR PRÓTESES NÃO É UM NEGÓCIO».

Transcrevemos, a seguir, essa mesma reportagem do «Comércio do Porto».

«Tal como no genérico no campo da saúde, também no que respeita a próteses de membros pode dizer-se que impera o «negócio», com os inerentes prejuízos para o doente. Como se não lhe chegasse ter perdido um membro, no todo ou em parte, o amputado é, normalmente, «sugado até ao tutano» para lhe colocarem uma prótese; e como o que interessa é a «receita», quantas vezes esta é feita «às três pancadas», acarretando toda uma série de complicações?!»

Contudo, para confirmar a regra, há sempre uma excepção.

E, neste caso de próteses de membros, a excepção é precisamente a oficina da Associação dos Deficientes das Forças Armadas. Aliás este facto não espantará ninguém, se nos lembrarmos que para além de não prosseguirem fins lucrativos, os seus técnicos sofrem na carne o que é ser-se amputado...

Criada em Agosto de 1976, nesta oficina já foram executadas umas 300 próteses, das mais diversas, o que dá uma média mensal de cerca de 20, número que deve ser recorde nas oficinas afins.

Nela trabalham, neste momento, cinco elementos, todos amputados (um dos quais é cego); como nota de interesse, realce-se que apenas o seu encarregado, Carlos Quelhas, já havia anteriormente trabalhado em próteses, nomeadamente no estrangeiro. Os restantes, antes de ficarem amputados nas guerras coloniais e de começarem a trabalhar na oficina da ADFA, exerciam os mais diversos ofícios, entre os quais se conta um ex-picheleiro; o próprio Carlos Quelhas era estudante de engenharia química, antes de ser incorporado no exército.

Este pormenor, porém, não impede que se tenham integrado perfeitamente na sua nova ocupação, a ponto de, pode dizer-se, trabalhadores tão bem como os melhores técnicos estrangeiros de nomeada, como, por exemplo, os alemães ou os americanos.

Com efeito, hoje em dia, parece não haver dúvida que é de todo descabido um amputado deslocar-se ao estrangeiro para colocar uma prótese, uma vez que pode usufruir da mesma qualidade de serviço na ADFA.

Quase sem apoios...

Porém, não obstante tratar-se de uma autêntica «ilha», não têm praticamente nenhum apoio das entidades oficiais; e este «pormenor» é tanto mais chocante, quanto é certo que 90% dos amputados que recorrem a esta oficina são deficientes

mutilados ao serviço das Forças Armadas...

Aliás, vale a pena ouvir Carlos Quelhas historiar a existência da oficina:

«Em Agosto de 1976 fui contactado pela Direcção da Associação dos Deficientes das Forças Armadas para montarmos esta oficina aqui no Porto, para os camaradas que ficaram mutilados na guerra e que estavam sujeitos a todo o tipo de especulação nas casas particulares que operavam no ramo. E que, como tudo a nível oficial, o Hospital Militar, sempre que era preciso uma prótese, pedia orçamentos às várias casas, recaindo a escolha sobre a que apresentava o orçamento mais baixo; ora, normalmente, ao mais baixo preço correspondia a pior qualidade e então o deficiente é que estava sempre prejudicado.

«Portanto, inicialmente, a ideia era de isto funcionar só para deficientes das Forças Armadas.

«Mas o pior é que nós temos de concorrer e apresentar orçamentos, como qualquer casa comercial; por outro lado, pode dizer-se que não temos qualquer apoio, para além das cotas dos nossos associados. Então, uns 6 meses depois de termos iniciado, resolvemos começar a trabalhar para qualquer pessoa que precisasse dos nossos serviços, independentemente de ser militar ou civil, uma vez que concluímos que são todos deficientes».

— Mas, então, os deficientes das Forças Armadas não são obrigatoriamente encaminhados para a vossa oficina sempre que necessitem de próteses? — perguntamos um tanto incrédulos.

«Nada disso! Como disse o Hospital Militar pede orçamentos e nós concorremos em pé de igualdade com as casas comerciais; se alguma se propuser fazer o serviço mais barato, pois é-lhe entregue. De facto, já tentámos obter o exclusivo para os deficientes das Forças Armadas mas não conseguimos nada. Claro que os grandes prejudicados são, necessariamente, os deficientes».

E, de facto, pelo menos, bizarro que, existindo uma Associação de Deficientes das Forças Armadas com uma oficina de elevado nível técnico, as autoridades militares não encaminhem para ela os mutilados ao seu serviço, tanto mais que são elas que custeiam as próteses...

... E as dificuldades são muitas

Por outro lado, as dificuldades não se limitam a este aspecto económico,

Um dos pormenores que nos focaram diz respeito ao estado em que lhes chegam os cotos mutilados. Com efeito, normalmente, sempre que é preciso proceder a uma amputação de um membro, ou parte, os cirurgiões preocupam-se em deixar o coto «muito bonito», sem se lembrarem (talvez), que o doente irá precisar de uma prótese e nem sempre o estético se coaduna com o funcional.

Daí que, por vezes, sejam obrigados a adaptações não só difíceis como morosas. Mas, enfim, esses são considerados «ossos do ofício»...

Um dos aspectos que ainda não conseguiram ultrapassar diz respeito não propriamente à feitura da prótese, mas à adaptação do amputado; de facto, após a prótese feita e colocada é necessário todo um trabalho de fisioterapia e terapia ocupacional, para dela se poder tirar o melhor e mais correcto rendimento.

Ora todo esse trabalho necessita de pessoal especializado e de instalações próprias — por exemplo, uma piscina é indispensável — o que a ADFA ainda não conseguiu, e obriga os amputados a recorrerem a particulares, já que no exército também não lhes podem ser prestados estes cuidados.

Ainda no capítulo de dificuldades, refira-se a inexistência de isenções fiscais na importação dos produtos utilizados na confecção das próteses. Claro que poderiam recorrer a alguns artigos de fabrico nacional, só que de qualidade muito inferior; ora, como o seu lema não é o lucro, mas sim servir o melhor possível os amputados, as próteses são feitas quase totalmente com materiais importados, que têm de pagar impostos, alguns deles de artigos «de luxo»...

Alguns casos

Fazer uma prótese de um membro exige um trabalho

meticuloso e mesmo científico, principalmente se se pretender fazer uma «coisa» em condições.

Feito o molde do coto, é necessário um estudo aprofundado da musculatura antes da passagem à fase de encaixe, feita com uma resina poliéster e uma malha especial; segue-se-lhe um alinhamento estático e, depois, dinâmico, com o indivíduo em marcha.

Transferida a prótese, é necessário ainda todo um trabalho de acabamento e de ensino do uso, já sem falar na fisioterapia a que atrás nos referimos.

Tudo isto demora, em média, em casos de primeiras próteses, uns dois a três meses; no caso de o amputado já estar habituado a usar próteses, este prazo pode ser reduzido para uns 15 dias.

Mas, claro, cada caso tem a sua especialidade própria, e a oficina de próteses da ADFA já passou por situações que lhe granjearam renome além fronteiras.

Contaram-nos, por exemplo, de um petiz de 14 meses que aprendeu a andar já com a prótese que ali lhe foi colocada. Tratava-se de uma criança que, quando ia ao colo da mãe, esta tropeçou e deixou-a cair, na altura em que passava um camião que lhe esmagou uma perna. Feita a prótese, não só anda, como até já joga à bola.

Um outro caso que nos referiram, foi o de uma rapariguita de 12 anos com um defeito congénito abaixo do joelho e que também saiu dali a andar.

Mas o caso porventura mais «interessante» têm-no ainda entre mãos; trata-se de um miúdo que, por defeito congénito, não tem as duas pernas nem, sequer, qualquer coto. Situação evidentemente difícil de corrigir, vão ser auxiliados por técnicos alemães que já têm experiência de casos semelhantes. Mas — fizeram gala de o referir — apenas no ensinamento do seu uso; a prótese será totalmente executada pelos cinco técnicos da ADFA.

Aliás, não obstante terem vindo quase todos de outras profissões, sem qualquer relação com a de protésico, uma das suas preocupações é exactamente a da investigação de novos recursos que melhor sirvam os deficientes.

E que eles não prosseguem o lucro e sentem na carne o que é ser-se amputado!...

ARNALDO ARAÚJO

Iniciamos, neste número, a publicação da longa lista de Deficientes que se encontram inscritos na Associação nos serviços de colocação. Esta publicação tem como finalidade a utilização do «Elo» para facilidade de colocação. Assim, os sócios e leitores que tenham conhecimento, nas localidades indicadas, de vagas das profissões indicadas ou outras, para a colocação de deficientes, podem colaborar nesta tarefa da Associação, comunicando com a sede em Lisboa e indicando essas mesmas vagas.

Também os sócios que se encontram desempregados e que ainda não se encontram inscritos nos serviços de colocação da Associação deverão fazê-lo, na sede ou na delegação a que pertencem, pois que a oportunidade de colocação pode surgir e serão de imediato contactados pela Associação.

PEDIDOS DE COLOCAÇÃO POR LOCALIDADES

Faro	Indústria Hoteleira	1
"	Mecânico	1
Fornos d'Algodres	Contínuo/Porteiro	1
Fátima	Indiferenciado	1
Fundão	Emp. Escritório	1
Gavião	Contínuo/Porteiro	1
Graciosa	Indiferenciado	1
Guarda	Indiferenciado	1
Gouveia	Alfaiate	1
Leiria	Motorista	1
"	Contínuo/Porteiro	1
"	Emp. Escritório	1
"	Serralheiro	1
Lamego	Contínuo/Porteiro	1
"	Motorista	1
Lisboa	Gestor Empresarial	1
"	Contencioso Empresa	1
"	Advogacia	1
"	Professorado	1
"	Indiferenciados	44
"	Ag. Téc. Agrícolas	3
"	Sicólogo	1
"	Lic. Filosofia	1
"	Tipógrafos	2
"	Electricistas	12
"	Desenhadores	2
"	Mecânicos	3
"	Carpinteiros	2
"	Serralheiros	2
"	Emp. Balcão	5
"	Fotógrafo	1
"	Vendedores	3
"	Alfaiates	1
"	Pintor C. C.	5
"	Padeiro	1
"	Soldador	1
"	Mecanógrafos	4
"	Indústria Hoteleira	6
"	Estucador	1
"	Cont. Prod. Gráfica	1
"	Canalizador	1
"	Emp. Escritório	27
"	Relações Públicas	1
"	Enfermagem	1
"	Cobrador	1
"	Lavador Auto	1
"	Servente Armazém	2
"	Costureira	1
"	Vigilantes	1
"	Contínuos/Porteiros	22
"	Telefonistas	11
"	Serventes Limpeza	2
"	Motoristas	8

O FUTEBOL E A AUSTERIDADE

Raramente tratamos nestas colunas de desporto, a não ser o desporto específico para deficientes. Não é que tenhamos algo contra o desporto, antes pelo contrário,

achamo-lo de suma importância. Acontece que o facto de «passarmos por cima» do desporto se deve à falta de um elemento qualificado para o comentar.

Ora bem, depois dos considerandos que achámos oportunos, vamos entrar no assunto sob o título em epígrafe, embora sujeitos a alguma «gafe».

Nos últimos tempos a imprensa tem noticiado alguma movimentação referente a certas «vedetas» do chamado desporto-rei. Assim, vários jornais se referiram ao jogador Alves com virá (?) para o Benfica com um vencimento de 200 contos mensais. Igualmente Vítor Baptista renunciará ao seu contrato com a mesma equipa lisboeta, depois de exigir 700 contos de «luvas» mais 100 contos mensais limpos, isto é, sem qualquer desconto. Como acima afirmamos

nada temos contra o desporto em geral e o futebol em particular. Mas, nos tempos que correm, em que tanto se fala de austeridade parecidos que os vencimentos, a auferir por esses portugueses, tal como todos os outros futebolistas, são exagerados.

Como se pode pedir a uns que apertem (mais) o cinto e outros ganhem quantias fabulosas? Algo está mal neste país onde a austeridade vai ser, e já é, prática corrente. Será que os homens do pontapé-na-bola, constituem um sector à parte? Será que esses homens não estão sujeitos às mesmas leis que os outros homens deste país? Estamos em crer que os homens do futebol não são o escol da nossa pátria, devendo, portanto, estar sujeitos aos mesmos direitos e deveres que os seus semelhantes.

SEGUROS ATRAVÉS DA ADFA

A delegação da ADFA no Porto está a trabalhar em colaboração com o Grupo Segurador M. S. A. no sentido de canalizar contratos para aquela companhia.

Os sócios e amigos da Associação poderão, através da delegação da ADFA no Porto, fazer os seguros em que estejam interessados, apoiando deste modo a Associação em mais uma das suas actividades produtivas.

DEFICIENTES E RELAÇÕES PESSOAIS

ALGUMAS DIFICULDADES PSICOLÓGICAS

Proseguimos a publicação de uma série de comunicações apresentadas no Seminário de Desporto e Tempos Livres para Deficientes que se realizou em fins de Setembro pasado, em Lisboa. Com a publicação destas comunicações tentamos contribuir para que o que no Seminário se disse, e concluiu venha a ser do conhecimento de um grande número de pessoas deficientes e não deficientes.

A seguir transcrevemos, pois, mais uma comunicação apresentada no Seminário com o título «Deficientes e relações pessoais — algumas dificuldades psicológicas».

EXORDIUM

Com respeito a este estudo quero primeiro fazer uma afirmação:

As dificuldades que surgem como resultado da deficiência estão principalmente concentradas no contacto directo «com os outros».

Esta afirmação é apoiada por literatura, por pessoas que trabalham em reabilitação, teorias, comuns em psicologia opiniões e as próprias experiências dos deficientes.

Quer isto dizer que a grande parte dos problemas dos deficientes são de natureza psicológica, ou melhor psico-social.

Até hoje a maior parte das pessoas que trabalham em reabilitação concentram-se principalmente em problemas técnicos e médicos. Muita investigação é feita neste campo e muito dinheiro é gasto, que na minha opinião é bastante correcto. Quando falo de reabilitação refiro-me a todo o trabalho para e com deficientes. Recentemente muitas pessoas chegaram a conclusões de que os aspectos médicos e técnicos dos deficientes constituem apenas uma parte do problema. A parte psico-social é tão importante como as outras. Estão de tal maneira inter-relacionadas que o primeiro não resulta sem o segundo.

Um outro facto, na minha opinião incorrecto, é que a quantidade de dinheiro gasto na investigação psico-social é muito inferior.

SER DEFICIENTE

Quando se considera uma deficiência ou um deficiente, vemos que muitos autores diferenciam o defeito físico e a deficiência, que é normalmente definida como o resultado cumulativo do impedimento, resultante do defeito físico do indivíduo e o seu perfeito comportamento.

PROBLEMAS: MÉTODOS E OBJECTIVOS

Quando estudamos claramente o problema, devemos afirmar que muitos deficientes têm dificuldades nas suas relações pessoais e não podemos negar que muitos deficientes, especialmente aqueles deficientes de nascença, atrasam-se no seu desenvolvimento. Isto é principalmente causado por vários factores mentais e psíquicos, que impedem um comportamento normal de expansão e auto aprendizagem (escolas especiais isoladas, menos possibilidades de contactos sociais, reflexos lentos, parte do tempo ocupado em AVD, terapia, etc.)

Os métodos de proporcionar aos deficientes uma oportunidade destes atingirem um comportamento normal são muitos; uma educação mais adequada, proporcionando-lhes melhores especializações sociais, dando-lhes auto confiança e auto respeito, mudando as suas atitudes para com o «público». Os objectivos são dar ao deficiente a oportunidade de se tornar sociável e fazê-lo esquecer a sua condição de deficiente e seus problemas, lutando pelos seus direitos. Por outras palavras, tornar os deficientes mais conscientes das suas possibi-

lidades e incapacidades, de forma a poderem utilizar as primeiras o melhor possível.

PSICOLOGIA DO DEFICIENTE

Na verdade podemos apresentar a psicologia de um deficiente de uma forma muito simples: é uma questão de objectivos vedados. Como reagem as pessoas quando os seus objectivos são vedados? É evidente que em frustrações! Mesmo antes de WW II Kurt Lewin ter investigado o campo das frustrações, descobriu-se que ao colocar-se uma vedação transparente entre crianças e brinquedos engraçados, algumas ficaram passivas outras brincaram satisfeitas com os brinquedos que tinham nas mãos, e ainda outras tentaram desesperadamente agarrar o brinquedo que estava fora do seu alcance. Penso que este exemplo é uma forma de descrever a psicologia do deficiente. Gostaria de vincar aqui que não sou da opinião que a psicologia de deficiente seja significativamente diferente da psicologia daqueles que não são deficientes; na verdade existe a diferença, mas penso numa outra dimensão.

Não os quero aborrecer aqui com investigação detalhada, no entanto, tudo o que digo aqui é baseado na investigação. A propósito, existem na verdade algumas dificuldades na investigação da natureza humana: pois trata-se sempre de casos individuais. Esta é a razão pela qual nunca encontramos «leis eternas» em ciência social mas apenas probabilidades.

AUTO CONFIANÇA

Já utilizei a palavra auto confiança. De forma a explicar melhor as dificuldades dos deficientes relacionado com outras experiências. Focarei algumas concepções de psicologia. Apercebo-me agora de que poderia ter escolhido outros campos, exemplo: identidade de consciência, etc.

Mas passemos agora à auto confiança (auto respeito). As pessoas têm consciência do seu próprio potencial e da sua relativa competência. Se um indivíduo sente que é válido, poderá controlar os acontecimentos; o seu trabalho é válido, pode-se dizer que o seu nível de auto confiança (auto respeito) é bom. Pelo contrário, se o indivíduo sente que o trabalho dos outros é melhor que o dele, que não vale muito e que os seus esforços produzem normalmente maus resultados, o nível da sua auto confiança é baixo. As pessoas que se sentem incompetentes, não têm confiança em si próprias para poderem enfrentar o ambiente que as rodeia; marcam objectivos mais baixos do que aqueles que se sentem capazes, e sentem até dificuldades em atingir os objectivos já baixos que marcaram. A pessoa com pouca auto confiança desiste mesmo antes de começar.

Há portanto indícios de que os deficientes têm falta de auto confiança.

Mais tarde explicarei a razão.

ESPERANÇAS (Expectações)

Aquilo que as pessoas esperam das suas vidas depen-

dem principalmente das normas e valores da sociedade onde vivem. As esperanças dos deficientes na vida e a atitude da sociedade em relação a eles é na maior parte das vezes baseada em preconceitos: porque se é deficiente, nunca se conseguirá sobreviver sózinho, nunca poderá ganhar a vida, nunca poderá casar — e assim e continua sempre.

É óbvio que todos estes preconceitos têm grande influência no comportamento de deficiente e no dos «outros». Beatrice Wright disse que viver perto de um deficiente é aceitar-lo. Um passo muito importante na aceitação de um deficiente é a «alteração dos valores do indivíduo». Isto ajuda a ultrapassar o sentimento de vergonha e complexo de inferioridade resultante da perda de valores de um deficiente. Ela dá-nos quatro maneiras de alterar estes valores:

1 — Arranjar outros valores. Todos conhecemos os valores reinantes nas nossas sociedades ocidentais: juventude, saúde, felicidade, casamento, crianças, mobilidade, etc. Mas porque será que não podemos visualizar a possibilidade de trabalharmos sem sermos pagos? No campo sexual, o coito é ainda considerado o valor mais elevado para a grande parte das pessoas; existem, no entanto, muitas possibilidades que têm o mesmo valor ou ainda mais. Há já algum tempo, apareceu um livro no mercado sobre este assunto: «Direito de Amar», livro sobre os direitos sexuais dos deficientes. Estou feliz por dizer que há mais livros no mercado sobre este assunto. Existe uma maior abertura para os deficientes.

2 — Subordinação do fisi-

co. Isto significa: não importa o aspecto exterior, é mais importante como se é.

3 — Tendo efeitos de desabilitação, a influência de uma deficiência é um elemento que explica o comportamento, mas não é o mais importante nem o único.

4 — Valores de comparação: Um valor de comparação é baseado na relação desse valor com um valor tipo. Um valor de qualidade é baseado numa evolução de qualidades inerentes ao objectivo do próprio juízo. Esta transposição de conversão significa uma vantagem muito importante para o deficiente. Ele não é julgado, nem é juiz de si próprio no que respeita às normas da sociedade que na maior parte das vezes estão tão fora do seu alcance, mas o julgamento é baseado na sua situação e suas possibilidades.

Será mesmo necessário perguntar-vos se aquilo que ele ambiciona e espera da vida é mesmo muito importante?

ATITUDES

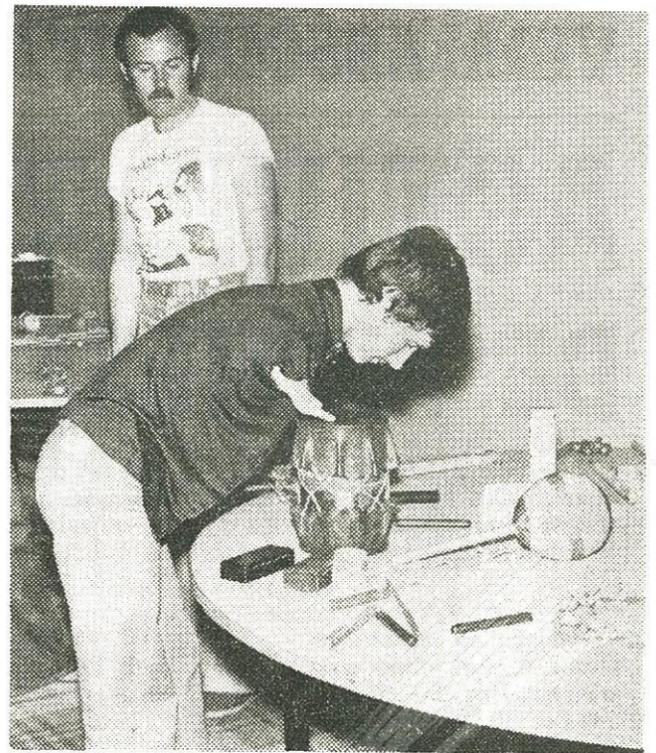
Em seguida, vamos concentrarmo-nos nas atitudes.

Psicólogos modernos dizem-nos que as atitudes são condicionadas por três elementos:

1 — Possibilidade de análise
2 — Sentimentos
3 — Comportamento

Por outras palavras, as nossas atitudes dependem de: 1 — O que sabemos sobre algum assunto; 2 — O que sentimos sobre isso; e dependente destes dois elementos, podemos nos comportar de forma exaltada, ex: podemos estar bem informados sobre um as-

(Continua na 10.ª pág.)



Auto-confiança

Foto: Farinho Lopes

O MENINO E O MILAGRE

Certo dia, uma jovem mãe com seu lindo bebé ao colo aguardava o autocarro junto à berma da estrada; tinha razões para sentir-se feliz, pois, tal como os outros bebés, também o seu era belo. O destino, porém, por vezes é cruel e, de um momento para o outro, faz com que a angústia e a dor se instalem no seio de uma família; em vez de chegar o desejado autocarro que aquela senhora estava a aguardar, passou subitamente um camião pesado, que, assinando a sua passagem, buzinou de tal forma estridente que a mãe se assustou deixando cair o seu bebé, vindo este a ficar com uma perna esmagada, um pouco abaixo do joelho, debaixo de um dos

rodados. Imaginando o acidente à distância de uns dois anos não deixaremos certamente de nos impressionar com tal acontecimento, pois tratava-se de um ser humano de tenra idade. Não puderam seus pais ter a alegria de ver seu filho dar os primeiros passos, fazer correrias e praticar traquinices próprias da idade.

Certo dia, entretanto, soube esta família que ali para os lados da Boavista, no Porto, havia uma ORGANIZAÇÃO chamada ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS onde, devido ao querer, teimosia e entusiasmo de uns quantos, se construiu uma oficina de próteses, especialmente destinada a tornar menos dura a vida dos amputados das guerras coloniais; dirigiram-se com seu filho à ASSOCIAÇÃO a fim de confirmarem o que lhe haviam dito. Na verdade, os técnicos de próteses observaram o garoto, pondo imediatamente em acção toda a sua capacidade, dedicação e até amor, de tal modo que este miúdo, hoje até joga futebol quase como os outros da sua idade. Um associado, médico de cirurgia plástica, ao ver as doze fotografias a cores afixadas na sala de Convívio, correspondentes às sucessivas fases do tratamento do coto e de adaptação da prótese, exclamou maravilhado: isto é técnica pura!!!

Gostaríamos que todos os associados vissem as doze fotografias expostas na Delegação do Porto, porque encerram, não há dúvida, uma vitória da técnica, do carinho e do querer dos técnicos de próteses, ganhando assim para a ASSOCIAÇÃO, certamente, mais alguns amigos, após este «milagre».

OLIVEIRA DUARTE

Associado n.º 1383



Exercícios de adaptação à prótese



Já com a prótese

DELEGAÇÃO DO PORTO GRUPO CORAL

Os filhos dos associados interessados em fazer parte do grupo coral da Delegação da Associação no Porto devem comparecer na Delegação no dia 10 de Março às 15 horas.

VIDA ASSOCIATIVA VIDA ASSOCIATIVA VIDA ASSOCIATIVA

ACTIVIDADES DA OFICINA DE PRÓTESES DO PORTO EM 1977

1 — Foram constantes as mutações ao longo do ano de 1977, dos elementos que trabalharam na Oficina de Próteses da A.D.F.A. — Porto.

Assim, de Janeiro a Outubro, funcionou com três técnicos diplomados, um dos quais pelo Fundo Mundial de Reabilitação, em 1976, com a colaboração da Fundação Calouste Gulbenkian, ficando a partir desta data e até ao mês de Dezembro, o seu número reduzido a dois, devido ao pedido de demissão de um deles.

Contou ainda, a Oficina, com o trabalho de um ajudante desde o início do ano, ao qual se veio juntar um outro em Maio e outro em Dezembro. Os dois primeiros partiram, em Junho, para S. Paulo — Brasil, como bolseiros do Fundo Mundial de Reabilitação e apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, regressando em Dezembro, já como técnicos.

A partir desta data, o quadro de pessoal desta Oficina ficou, portanto, constituído por quatro técnicos e um ajudante.

2 — Apesar das mutações verificadas ao longo do ano, no quadro de pessoal, a produção da Oficina foi a seguinte:

Aparelhos... Próteses novas: Tipo de Prótese	Def. Militares		Def. não Militares		Total
	Def. Militar	Def. não Militar	Def. Militar	Def. não Militar	
PTB	53	11	—	—	64
SYME	5	—	—	—	5
BK	5	—	—	—	5
AK	15	6	—	—	21
BE	3	7	—	—	10
AE	2	1	—	—	3
Total . . .	83	25	—	—	108

Reparações: Tipo de Prótese	Def. Militares		Def. não Militares		Total
	Def. Militar	Def. não Militar	Def. Militar	Def. não Militar	
PTB	11	1	—	—	12
BE	—	—	6	—	6
AK	5	—	—	—	5
AE	1	—	—	—	1
Total . . .	17	7	—	—	24

3 — De 18 a 23 do mês de Abril realizou-se nesta Oficina de Próteses um curso, com a colaboração da firma alemã Otto Bock e do Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão. Durante a semana que durou este curso contámos com a presença de dois técnicos alemães que vieram ministrar novos conhecimentos sobre prótese mioeléctricas (para o membro superior) tendo assistido ao mesmo todas as casas do ramo do país, o Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão e a A.D.F.A.

Durante este curso foram executadas sete próteses mioeléctricas, sendo três delas da A.D.F.A. e quatro das casas convidadas.

Com vista ao aperfeiçoamento técnico, permaneceram em S. Paulo — Brasil, de Junho a Dezembro, dois elementos da Oficina, a fim de frequentarem cursos de próteses e ortóteses ministrados pelo Fundo Mundial de Reabilitação.

Abriu-se ainda o intercâmbio com oficinas do mesmo ramo, com a estadia, durante dois meses, de um ajudante técnico do Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão, tendo em vista o conhecimento de novas técnicas e modalidades de trabalho.

4 — O carácter honesto com que procuramos trabalhar, nunca nos coibindo de repetir um trabalho que, em nossa consciência, não esteja correcto, aplicando os materiais que, ao que sabemos, são os melhores no mercado estrangeiro, tratando os amputados de per-si, procurando «entrar» nos seus problemas físicos e psicológicos, tentando dar-lhes, dentro das nossas possibilidades (nesse campo exiguas) um treino post-prótese razoável e, o fim em vista, incrementou a procura das nossas oficinas por deficientes não militares.

No campo da investigação, temos contado com a colaboração da Faculdade de Engenharia do Porto, com vista ao estudo de novos sistemas de próteses e obtenções de novos materiais. Neste sector, foi já concebida e criada uma máquina, que embora rudimentar, transforma uma substância que substitui com imensas vantagens a madeira e na qual está já interessada uma firma espanhola do ramo.

5 — Para o ano que agora se inicia, tem esta A.D.F.A. alguns projectos

relativos às suas oficinas, como por exemplo:

a) Ampliação da Secção de Próteses, para podermos dar resposta adequada aos amputados que, de dia para dia, mais nos procuram. Refira-se por exemplo que, neste momento, temos em «lista de espera», cerca de cinquenta amputados que aguardam a sua vez de aplicarem a prótese. Esta medida, implica por outro lado, a possibilidade de aumento de mão de obra, a recrutar, preferencialmente, entre deficientes.

b) Criação de uma secção completa de ortóteses, para a qual contámos já com dois técnicos especializados e que se justifica na medida em que, a nível de deficientes não militares, é muito maior o número de necessitados em ortóteses do que em próteses.

c) Ampliação e aperfeiçoamento do ginásio já existente, por forma a criar condições para a prática correcta de fisioterapia, terapia ocupacional e outras actividades que os deficientes não encontram com facilidade.

de para a sua recuperação.

d) Realização de mais um curso, para o qual a A.D.F.A. convidou novamente dois técnicos alemães que virão introduzir em Portugal uma nova técnica na construção de encaixes para próteses do membro inferior (abaixo e acima do joelho) e desarticulação da anca e hemipelvectomia,

Aproveitar-se-á este curso para a aplicação de próteses a um deficiente de 5 anos de idade com uma desarticulação congénita bilateral da anca, (cremos que o 3.º caso em Portugal) e a quem a A.D.F.A. ofereceu os seus serviços.



Flagrante

DESPOI

Realizou-se, no dia 18 de Fevereiro, conforme já noticiámos, um torneio de tiro ao alvo, com arma de pressão de ar, no Centro de Medicina do Alcoitão, promovido pela Comissão Cultural daquele Centro. Participaram no torneio, por parte da ADFA, duas equipas, uma de Lisboa e outra de Évora.



A equipa da ADFA no torneio de tiro ao alvo
Foto: Farinho Lopes

AOS SÓCIOS DA DELEGAÇÃO DE VISEU

A ADFA vai comemorar, em 14 de Maio de 1978, o seu 4.º Aniversário. O secretariado Nacional decidiu que todas as Delegações devem encetar esforços no sentido de assinalar de forma digna essa data.

A Direcção de Zona Centro, acumulando funções de Direcção da Delegação de Viseu, pretende, nessa condição, levar a efeito nestas instalações a realização de um convívio, onde os camaradas confraternizem alegremente e conscientes da importância que a ADFA tem para nós e onde será lembrado toda a actividade desenvolvida desde a sua fundação.

De momento, não existe ainda qualquer programa de acção. No entanto, desde já aceitamos propostas de todos os associados de Viseu e Guarda que desejem colaborar e daqueles que queiram participar directamente em actividades culturais, recreativas e de dinamização. Para o efeito, devem comunicar com esta Delegação da forma que entenderem.

ISENÇÃO DE IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS

Recebemos da Repartição Geral do Ministério do Exército uma nota esclarecedora sobre a isenção do imposto sobre veículos, vulgarmente conhecido como imposto de circulação ou imposto de selo, para deficientes, através da qual se conclui:

1 — O Decreto-lei n.º 81/76, de 28 de Janeiro, estabelecia que os deficientes das Forças Armadas cujo grau de invalidez seja igual ou superior a 30% são isentos do imposto sobre veículos, bem como outros deficientes cujo grau de invalidez seja igual ou superior a 60%.

2 — O Decreto-lei n.º 468/76, de 12 de Junho, estabelece que apenas os deficientes das Forças Armadas cujo grau de invalidez seja igual ou superior a 60% estão isentos do imposto sobre veículos.

3 — Conclui-se que, além dos deficientes das Forças Armadas, abrangidos pelo Decreto-lei n.º 43/76, com 60% ou mais de incapacidade, os deficientes militares pensionistas de invalidez, acidentados em serviço, com 60% ou mais de incapacidade, estão isentos do imposto sobre veículos, vulgarmente conhecido por imposto de selo, devendo para o efeito, aquando da aquisição do selo, munir-se de documento comprovativo da sua condição de pensionista de invalidez e do qual conste o grau de desvalorização.

4 — Iguualmente os outros deficientes, mesmo não pensionistas, estão isentos deste imposto desde que tenham 60% ou mais de incapacidade comprovada pelas autoridades competentes.

5 — Conclui-se finalmente, que os deficientes das Forças Armadas cujo grau de incapacidade varia entre 30% e 60% e que chegaram a estar isentos deste imposto nos termos do Decreto-lei n.º 81/76 deixaram de gozar desta regalia com a publicação do Decreto-lei n.º 468/76.

IMPORTANTE

ATRIBUIÇÃO DO GRAU D

Existem muitos deficientes das Forças Armadas que foram atribuída percentagem de incapacidade que J. H. I. (até 1968).

Os deficientes das Forças Armadas (DFA) a lei 43/76 têm toda a conveniência em que lhes seja atribuída a percentagem de incapacidade a fim de poderem, direitos consignados naquele diploma, nomeadamente de invalidez, prestação suplementar de diversas atribuídas aos DFA com mais de 60% de incapacidade.

Assim, os deficientes das Forças Armadas a lei 43/76 (com acidentes ou doenças consideradas como pensionistas da Caixa Geral de Aposentação) não foi atribuída percentagem de incapacidade, requerer uma nova junta a fim de lhes ser atribuída a percentagem de incapacidade.

Os pedidos de nova junta podem ser feitos tanto das delegações como da sede.

VIDA ASSOCIATIVA VIDA ASSOCIATIVA VIDA ASSOCIATIVA

ADFA



o jogo disputado em 18 de Fevereiro

Foto: Farinho Lopes

RTO NA ADFA

ca, cada uma constituída por 4 elementos. Participou também uma equipa em representação da CODEFA.

Este torneio não se destinava exclusivamente a deficientes, tendo-se verificado a participação de muitos civis, entre eles alguns profissionais. Participaram, ao todo, 14 equipas.

A equipa da CODEFA classificou-se em 5.º lugar e a ADFA (Lisboa) em 6.º lugar. As primeiras cinco equipas foram contempladas com uma taça, tendo assim a equipa da CODEFA conquistado uma taça. De entre os participantes da ADFA, salientou-se um elemento que, no escalão de cadeiras de rodas, obteve o 7.º lugar, conquistando uma medalha.

FUTEBOL DE SALÃO

Entretanto têm prosseguido os jogos do Campeonato «Isidoro» de futebol de salão, que teve início no dia 7 de Janeiro, no campo do INATEL em Lisboa.

Na 4.ª jornada, que teve lugar no dia 4 de Fevereiro, a equipa da ADFA jogou com a FAG, tendo perdido por 2-1. Na 5.ª jornada, realizada em

11 de Fevereiro, a ADFA jogou com ISIDORO, tendo vencido por 2-1. Na 6.ª jornada, em 18 de Fevereiro, a ADFA empatou com a FAG 1-1.

A equipa da ADFA foi apurada para a final, que tem lugar no dia 25 de Fevereiro, onde serão disputados os primeiros lugares.

COLOCAÇÃO DE DEFICIENTES NO TRABALHO

Uma das actividades a que a Associação, desde início, deu mais prioridade foi à colocação de deficientes no trabalho. Esta iniciativa da Associação teve como base a consciência de que o mais elementar dos direitos de qualquer cidadão — direito ao trabalho — era, por princípio, no nosso País, negado aos deficientes.

O esforço desenvolvido neste sector, se bem que não nos tenha levado às metas pretendi-

A propósito da notícia que demos no último número do «Elo» sobre dois casos de deficientes das Forças Armadas, cujos direitos de trabalhadores foram desrespeitados, recebemos uma comunicação de outro associado que dá conta do ocorrido consigo e que, tal como os outros dois casos, revela bem o clima de animosidade que existe para com os deficientes em certos sectores. Sectores esses que são, logicamente, circunscritos ao patronato e não aos trabalhadores em geral que, durante estes anos em que a Associação se tem dedicado à colocação de deficientes no trabalho, têm revelado o maior apoio aos deficientes, bem como uma grande compreensão em relação às suas dificuldades e necessidades.

O sócio a que estamos a fazer referência foi colocado, através dos serviços de colocação da ADFA, numa firma empreiteira de obras públicas, com sede em Lisboa, onde foi exercer funções de 3.º escriturário, auferindo o vencimento mensal de 5500\$00.

Em meados de 1975 este trabalhador participou num movimento que tentou que a firma fosse nacionalizada, visto que se tratava de uma firma satélite dos próprios serviços estatais e estava, na altura, em condições favoráveis para ser nacionalizada.

Aconteceu, entretanto, que, por força de acontecimentos que ultrapassaram os impulsionadores desta ideia, a firma não foi nacionalizada.

Em Setembro de 1975 este associado participou, como tantos outros deficientes, na luta reivindicativa dos deficientes das Forças Armadas. Disto teve conhecimento o sócio-gerente da firma que entendeu

des, nem tão pouco cruzar os braços. A ADFA deverá cumprir a sua função, sobretudo nos momentos em que os direitos dos deficientes mais são postos em causa, defendendo os interesses dos sócios, através das diligências ao seu alcance, tanto junto das entidades competentes como junto dos trabalhadores, seus aliados naturais, através das organizações representativas destes. É, efectivamente, o que a Associação, neste momento está a fazer.

O direito dos deficientes ao trabalho está a merecer por parte da ADFA, neste momento, uma atenção muito especial.

Recentemente, a Direcção do Serviço de Pessoal do Ministério do Exército determinou que a assistência médica aos associados da ADFA, no seu Posto Clínico a funcionar na Policlínica do Rossio, deverá ser garantida pelo oficial médico da unidade do SGE (ex-DI). Assim, o Posto Clínico da ADFA passará a funcionar como «SATÉLITE» da Zona/DI.

Recentemente, a Direcção do Serviço de Pessoal do Ministério do Exército determinou que a assistência médica aos associados da ADFA, no seu Posto Clínico a funcionar na Policlínica do Rossio, deverá ser garantida pelo oficial médico da unidade do SGE (ex-DI). Assim, o Posto Clínico da ADFA passará a funcionar como «SATÉLITE» da Zona/DI.

Recorde-se que este tipo de assistência médica facultada pela ADFA se destina essencialmente aos deficientes que não estão abrangidos por qualquer legislação nem por qualquer esquema de previdência. Os restantes poderão também beneficiar de assistência médica e medicamentosa, desde que não prejudiquem aqueles.

Lembra-se, também, que se encontra na sede da Associação, permanentemente, um enfermeiro que acciona todas estas diligências no sentido de os sócios beneficiarem de assistência médica na Associação.

Graças à actividade da ADFA esta realidade alterou-se substancialmente! Uma nova mentalidade começou a surgir e a aceitação, embora muito reduzida ainda, começa a verificar-se. Para tal tem concorrido grandemente, como temos afirmado já repetidas vezes, a acção dos trabalhadores nas empresas que se têm revelado inequivocamente ao lado dos deficientes.

Ultimamente, temos verificado que as dificuldades de colocação de deficientes têm aumentado.

O clima de não aceitação dos deficientes no trabalho começa a adensar-se novamente (veja-se último número do «Elo» sobre dois casos de desrespeito no trabalho e neste número, noutro local, mais um caso). No entanto não nos podemos conformar com este agravamento das dificulda-

por bem tomar como motivo para desentendimentos progressivos com o trabalhador.

Estes desentendimentos foram-se agudizando e em Novembro de 1975 foi admitido na firma um novo empregado, sendo o nosso sócio relegado para segundo plano.

Em 1976 o sócio da Associação sofreu as maiores humilhações, tais como: todos os trabalhadores foram aumentados, enquanto o seu vencimento continuou a ser inferior ao previsto pelo Contrato Colectivo de Trabalho; todos os trabalhadores do quadro passaram a sócios da empresa excepto ele. Finalmente o sócio-gerente tentou manipular os trabalhadores, tentando convencê-los que o nosso sócio era perigoso e, por conseguinte, tinha que ser afastado da empresa.

Nos últimos tempos, conforme a situação política do País ia evoluindo assim aquele trabalhador ia sentindo os seus efeitos. O sócio-gerente tentou, por duas vezes, efectivar o despedimento, o que não conseguiu, porque não encontrava razões válidas para o fazer se bem que tivesse feito todos os esforços no sentido de ele cair sob a alçada da lei dos despedimentos.

No final do ano de 1977 a entidade patronal ordenou o despedimento, invocando que o trabalhador se tinha enganado no envio de um vale postal o que, segundo o nosso sócio, não é verdade. Mas invocou outra razão, que, para ela, entidade patronal, deve ter surgido como mais forte — que aquele trabalhador auferia já uma pensão e que, por conseguinte, não necessitava de trabalhar.

Voltamos assim, novamente, a assistir, no nosso País, a raciocínios às avessas. Os esforços que temos vindo desenvolvendo no sentido de mentalizar as pessoas de que os deficientes, além de terem direito ao trabalho como qualquer cidadão, carecem duma realização profissional mais ainda do que qualquer outro cidadão, não têm encontrado eco em certos sectores que, de facto, continuam convencidos que o mercado de trabalhadores é muito igual ao mercado de animais e que tudo pode ser motivo de rejeição, a começar pelos defeitos físicos, obviamente.

4.º ANIVERSÁRIO DA ADFA

Um aniversário é a passagem de uma data que assinala qualquer feito ou nascimento.

Normalmente, e em qualquer dos dois factos anteriormente citados, um aniversário costuma comemorar-se, sendo essa comemoração revestida de características específicas que são mais ou menos enriquecidas conforme as possibilidades. O catorze de Maio de 1974 é uma data que ficou a assinalar um feito e um nascimento. Foram eles: a opção que os deficientes das Forças Armadas fizeram, unindo-se e dedicando-se à resolução dos seus problemas e criarem a sua Associação, a casa onde se pudessem juntar, para reunir, conviver, trabalhar, analisar e elaborar tudo aquilo que de algum modo possa estar ligado com a sua deficiência. Perguntar se o catorze de Maio deve comemorar-se cremos ser desnecessário. Os deficientes das Forças Armadas sentem essa data e anseiam-na para, juntos, poderem, pela quarta vez, relembrar as lutas encetadas para a formação da sua Associação.

A Comissão Nacional para a comemoração do 4.º Aniversário da ADFA já encetou contactos com as zonas que, por sua vez, nomearam já os elementos que conosco irão trabalhar.

Embora não esteja ainda elaborado um programa de consenso nacional, podemos adiantar que está no nosso espírito proporcionar aos sócios e amigos da Associação algumas horas de colóquios, desporto, saraus e ainda uma campanha de doação de sangue.

Comemorar um aniversário não é difícil, assim exista quem apoie, participe e ajude nessas comemorações.

Camarada deficiente, o 4.º aniversário da nossa Associação é organizado por todos nós, procura-nos, dá-nos as tuas ideias e colabora conosco nos teus tempos livres.

A Comissão Coordenadora Nacional

ASSISTÊNCIA MÉDICA AOS SÓCIOS DA ADFA

Conforme já noticiado anteriormente, os serviços de assistência médica da Associação, na sede em Lisboa, têm beneficiado do apoio de médicos militares que, com regularidade, passam pelo Posto

E INVALIDEZ

adadas a quem não lhes sendo foram presentes à

brangidos pelo decreto-seja atribuída a per-sufruir de todos os damente abono suplementar e regalias de incapacidade.

brangidos pelo decreto-erados em campanha) sentações e aos quais pela J. H. I. deverão tribuída a percentagem

através da Associação,

ção.



ES DA OFICINA DO PORTO EM 1977

ração da firma alemã Otto Bock e do Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão. Durante a semana que durou este curso contamos com a presença de dois técnicos alemães que vieram ministrar novos conhecimentos sobre prótese mioeléctricas (para o membro superior) tendo assistido ao mesmo todas as casas do ramo do país, o Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão e a A.D.F.A.

Durante este curso foram executadas sete próteses mioeléctricas, sendo três delas da A.D.F.A. e quatro das casas convidadas.

Com vista ao aperfeiçoamento técnico, permaneceram em S. Paulo — Brasil, de Junho a Dezembro, dois elementos da Oficina, a fim de frequentarem cursos de próteses e ortóteses ministrados pelo Fundo Mundial de Reabilitação.

Abriu-se ainda o intercâmbio com oficinas do mesmo ramo, com a estadia, durante dois meses, de um ajudante técnico do Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão, tendo em vista o conhecimento de novas técnicas e modalidades de trabalho.

4 — O carácter honesto com que procuramos trabalhar, nunca nos coibindo de repetir um trabalho que, em nossa consciência, não esteja correcto, aplicando os materiais que, ao que sabemos, são os melhores no mercado estrangeiro, tratando os amputados de per-si, procurando «entrar» nos seus problemas físicos e psicológicos, tentando dar-lhes, dentro das nossas possibilidades (nesse campo exíguas) um treino post-prótese razoável e, o fim em vista, incrementou a procura das nossas oficinas por deficientes não militares.

No campo da investigação, temos contado com a colaboração da Faculdade de Engenharia do Porto, com vista ao estudo de novos sistemas de próteses e obtenções de novos materiais. Neste sector, foi já concebida e criada uma máquina, que embora rudimentar, transforma uma substância que substitui com imensas vantagens a madeira e na qual está já interessada uma firma espanhola do ramo.

5 — Para o ano que agora se inicia, tem esta A.D.F.A. alguns projectos

relativos às suas oficinas, como por exemplo:

a) Ampliação da Secção de Próteses, para podermos dar resposta adequada aos amputados que, de dia para dia, mais nos procuram. Refira-se por exemplo que, neste momento, temos em «lista de espera», cerca de cinquenta amputados que aguardam a sua vez de aplicarem a prótese. Esta medida, implica por outro lado, a possibilidade de aumento de mão de obra, a recrutar, preferencialmente, entre deficientes.

b) Criação de uma secção completa de ortóteses, para a qual contamos já com dois técnicos especializados e que se justifica na medida em que, a nível de deficientes não militares, é muito maior o número de necessitados em ortóteses do que em próteses.

c) Ampliação e aperfeiçoamento do ginásio já existente, por forma a criar condições para a prática correcta de fisioterapia, terapia ocupacional e outras actividades que os deficientes não encontram com facilidade.

AOS SÓCIOS DA DELEGAÇÃO DE VISEU

A ADFA vai comemorar, em 14 de Maio de 1978, o seu 4.º Aniversário. O secretariado Nacional decidiu que todas as Delegações devem encetar esforços no sentido de assinalar de forma digna essa data.

A Direcção de Zona Centro, acumulando funções de Direcção da Delegação de Viseu, pretende, nessa condição, levar a efeito nestas instalações a realização de um convívio, onde os camaradas confraternizem alegremente e conscientes da importância que a ADFA tem para nós e onde será lembrado toda a actividade desenvolvida desde a sua fundação.

De momento, não existe ainda qualquer programa de acção. No entanto, desde já aceitamos propostas de todos os associados de Viseu e Guarda que desejem colaborar e daqueles que queiram participar directamente em actividades culturais, recreativas e de dinamização. Para o efeito, devem comunicar com esta Delegação da forma que entenderem.

de para a sua recuperação.

d) Realização de mais um curso, para o qual a A.D.F.A. convidou novamente dois técnicos alemães que virão introduzir em Portugal uma nova técnica na construção de encaixes para próteses do membro inferior (abaixo e acima do joelho) e de articularização da anca e hemipelvectomia.

Aproveitar-se-á este curso para a aplicação de próteses a um deficiente de 5 anos de idade com uma desarticulação congénita bilateral da anca, (cremos que o 3.º caso em Portugal) e a quem a A.D.F.A. ofereceu os seus serviços.



A equipa da ADFA no torneio de tiro ao alvo
Foto: Farinho Lopes



Flagrante do jogo disputado em 18 de Fevereiro

Foto: Farinho Lopes

DESPORTO NA ADFA

Realizou-se, no dia 18 de Fevereiro, conforme já noticiámos, um torneio de tiro ao alvo, com arma de pressão de ar, no Centro de Medicina do Alcoitão, promovido pela Comissão Cultural daquele Centro.

Participaram no torneio, por parte da ADFA, duas equipas, uma de Lisboa e outra de Évora.

Na, cada uma constituída por 4 elementos. Participou também uma equipa em representação da CODEFA.

Este torneio não se destinava exclusivamente a deficientes, tendo-se verificado a participação de muitos civis, entre eles alguns profissionais. Participaram, ao todo, 14 equipas.

A equipa da CODEFA classificou-se em 5.º lugar e a ADFA (Lisboa) em 6.º lugar. As primeiras cinco equipas foram contempladas com uma taça, tendo assim a equipa da CODEFA conquistado uma taça. De entre os participantes da ADFA, salientou-se um elemento que, no escalão de cadeiras de rodas, obteve o 7.º lugar, conquistando uma medalha.

FUTEBOL DE SALÃO

Entretanto têm prosseguido os jogos do Campeonato «Isidoro» de futebol de salão, que teve início no dia 7 de Janeiro, no campo do INATEL em Lisboa.

Na 4.ª jornada, que teve lugar no dia 4 de Fevereiro, a equipa da ADFA jogou com a FAG, tendo perdido por 2-1. Na 5.ª jornada, realizada em

11 de Fevereiro, a ADFA jogou com ISIDORO, tendo vencido por 2-1. Na 6.ª jornada, em 18 de Fevereiro, a ADFA empatou com a FAG 1-1.

A equipa da ADFA foi apurada para a final, que tem lugar no dia 25 de Fevereiro, onde serão disputados os primeiros lugares.

COLOCAÇÃO D

Uma das actividades a que a Associação, desde início, deu mais prioridade foi à colocação de deficientes no trabalho. Esta iniciativa da Associação teve como base a consciência de que o mais elementar dos direitos de qualquer cidadão — direito ao trabalho — era, por princípio, no nosso País, negado aos deficientes.

O esforço desenvolvido neste sector, se bem que não nos tenha levado às metas pretendi-

ASSISTÊNCIA MÉDICA AOS SÓCIOS DA ADFA

Conforme já noticiado anteriormente, os serviços de assistência médica da Associação, na sede em Lisboa, têm beneficiado do apoio de médicos militares que, com regularidade, passam pelo Posto

Clínico da Associação, situado no Rossio, onde dão as suas consultas aos sócios. Houve um período em que um médico militar chegou mesmo a ter um horário fixo para consultas no Posto Clínico da Associação.

Recentemente, a Direcção do Serviço de Pessoal do Ministério do Exército determinou que a assistência médica aos associados da ADFA, no seu Posto Clínico a funcionar na Policlínica do Rossio, deverá ser garantida pelo oficial médico da unidade do SGE (ex-DI). Assim, o Posto Clínico da ADFA passará a funcionar como «SATÉLITE» da Zona/DI.

Recorde-se que este tipo de assistência médica facultada pela ADFA se destina essencialmente aos deficientes que não estão abrangidos por qualquer legislação nem por qualquer esquema de previdência. Os restantes poderão também beneficiar de assistência médica e medicamentosa, desde que não prejudiquem aqueles

Lembra-se, também, que se encontra na sede da Associação, permanentemente, um enfermeiro que acciona todas estas diligências no sentido de os sócios beneficiarem de assistência médica na Associação.

IMPORTANTE

ATRIBUIÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ

Existem muitos deficientes das Forças Armadas a quem não lhes foi atribuída percentagem de incapacidade quando foram presentes à J. H. I. (até 1968).

Os deficientes das Forças Armadas (DFA) abrangidos pelo decreto-lei 43/76 têm toda a conveniência em que lhes seja atribuída a percentagem de incapacidade a fim de poderem usufruir de todos os direitos consignados naquele diploma, nomeadamente abono suplementar de invalidez, prestação suplementar de invalidez e regalias diversas atribuídas aos DFA com mais de 60 % de incapacidade.

Assim, os deficientes das Forças Armadas abrangidos pelo decreto-lei 43/76 (com acidentes ou doenças considerados em campanha) que são pensionistas da Caixa Geral de Aposentações e aos quais não foi atribuída percentagem de incapacidade pela J. H. I. deverão requerer uma nova junta a fim de lhes ser atribuída a percentagem de incapacidade.

Os pedidos de nova junta podem ser feitos através da Associação, tanto das delegações como da sede.

PROGRAMAÇÃO DAS ACTIVIDADES DOS SERVIÇOS SOCIAIS DAS FORÇAS ARMADAS

Na sequência do que foi dito, preconiza-se:

— **Actualização da lista de inscrições** por inquérito confirmativo dirigido aos actuais inscritos, de modo a manterem-se as suas posições relativas actuais;

— **Reabertura da lista de inscrições** aos restantes beneficiários dos S. S. F. A.;

— **Elaboração de uma lista única** com os antigos inscritos à frente, mantendo as suas posições relativas e seguindo-se-lhes os novos inscritos;

— **Chamamento de novos inscritos:**

— por **critérios sociais** a definir (composição do agregado familiar, idade do beneficiário-titular, rendimentos totais do agregado, renda paga em casa de aluguer, maior antiguidade nos S. S. F. A., etc.);

— por **ordem cronológica**, considerando esta:

— beneficiários isolados;

— grupos de beneficiários (modalidade que além de diminuir o custo da habitação, é eminentemente social);

— **Distribuição do montante das verbas anualmente atribuídas à habitação própria** nas seguintes percentagens:

— 50% para atribuição por critérios sociais;

— 50% para atribuição por ordem cronológica sendo:

— 30% para beneficiários isolados;

— 20% para grupos de beneficiários.

Estas percentagens seriam, porém, corrigidas para os valores que a prática viesse aconselhar.

— **Taxas de juro e períodos de amortização** estabelecidos segundo **critérios sociais**, a definir.

A realização do que se pretende depende, como é natural, do financiamento e, sobretudo, das condições em que esse financiamento for propiciado aos S. S. F. A.

Como se viu, para um programa que não é considerado ambicioso, necessitar-se-iam 200 000 contos anuais, durante os próximos anos. Um programa mais modesto implica um mínimo de 120 000 contos anuais, o que permitiria 160 empréstimos por ano.

Propuseram-se superiormente várias hipóteses de financiamento que não interessam desenvolver neste momento.

Considerou-se, porém, como mais viável e desejável a concessão simultânea e em partes iguais de um empréstimo a facultar anualmente pelo Fundo Permanente da Caixa Geral de Aposentações a uma taxa baixa e largo período de amortização (15 a 25 anos) e de uma verba anual não reembolsável a atribuir aos S. S. F. A. pelo Orçamento Geral do Estado. Ao fim de um certo tempo, esta última permitiria aos S. S. F. A. prolongar a iniciativa, mercê das amortizações e juros arrecadados.

A proposta referente à **HABITAÇÃO PRÓPRIA** foi já enviada ao C. C. E. M. Só depois de apreciada se poderá concretizar o plano de desenvolvimento que as verbas atribuídas venham a permitir. Tal plano obedecerá, porém ao que nas suas linhas gerais foi anteriormente exposto.

No referente à venda das habitações actualmente arrendadas, há que proceder ao estudo aprofundado do assunto, sobretudo porque os S. S. F. A. dispõem de prédios adquiridos ou construídos em condições de financiamento diferentes e ainda porque os S. S. F. A. são proprietários de pleno direito dos terrenos em que se encontram implantados os prédios de Leiria, Olivais, Chelas, Alverca, Ponta Delgada, Cacém, Fogueiro, Moita e Mem Martins.

Para os inquilinos dos restantes prédios admite-se que se lhes possa transmitir apenas o direito de superfície.

Logo que concluído o estudo dos vários factores intervenientes (económico, jurídico, fundiário, etc.) serão apresentados para consideração superior as propostas definidoras das condições de venda das referidas habitações.

ASSISTÊNCIA ESCOLAR

Os nossos beneficiários consideraram que a assistência escolar constituía um apoio desejável, mas não prioritário, e pronunciaram-se no sentido de que ela deveria ser prestada normalmente sob a forma de subsídios de tipo único a atribuir a todos, independentemente de capitulações, postos, graduações ou categorias.

Admitiram, porém, que certos casos especiais deveriam ser contemplados em condições também especiais a definir.

Como é natural as disponibilidades financeiras atribuíveis a este tipo de assistência não prioritária não podem deixar de ser consideradas como limitativas na definição da extensão da assistência a conceder e na determinação dos quantitativos dos subsídios que é possível abonar.

Assim, teve-se em linha de conta que:

— são gratuitas as frequências dos ensinos primário, preparatório e secundário e que os estabelecimentos de ensino correspondentes dão ao País uma cobertura quase total, o que permite a sua fácil frequência por todos ou quase todos os que a eles queiram recorrer;

— pelo contrário, é mais difícil a frequência dos cursos complementar dos liceus e superiores ou equiparados por alunos que residem em localidades onde não existem estabelecimentos desses graus de ensino ou a eles não têm fácil acesso por falta ou insuficiência de um adequado sistema de transportes públicos; acresce que, para aqueles graus de ensino, em especial para os cursos superiores, é muito mais elevado o custo dos livros e do material escolar;

— o problema das deslocamentos urbanas e suburbanas deixou de ter relevância, uma vez que estão a ser propiciados aos estudantes em geral passes a preços simbólicos e extensivos aos vários tipos de transporte;

— nos casos normais em que todos devem ser abrangidos, só é possível conceder uma participação que será ajustada às reais disponibilidades financeiras dos S. S. F. A. em cada ano económico.

Nestas condições, foi já criada a **COMPARTICIPAÇÃO ESCOLAR** destinada fundamentalmente a proporcionar aos beneficiários-titulares dos S. S. F. A. uma ajuda material que lhes é devida pelo facto de terem a seu cargo exclusivo familiares-beneficiários que, para obtenção de uma formação profissional de base, frequentem o curso complementar dos liceus ou um curso superior ou equiparados.

A participação escolar pode, em casos especiais, abranger outros graus de ensino.

A participação escolar apresenta as seguintes modalidades:

— **COMPARTICIPAÇÃO ESCOLAR NORMALIZADA (CEN)**, que consiste na atribuição de uma participação de tipo único a abonar aos beneficiários-titulares, independentemente das suas capitulações, postos, graduações ou categorias e destinada aos seus descendentes durante a frequência do curso complementar liceal e de cursos superiores ou equiparados.

— **COMPARTICIPAÇÃO ESCOLAR ESPECIAL (CEE)**, que consiste na atribuição de uma participação, a fixar caso a caso pela Comissão Directiva dos S. S. F. A., para atender a situações especiais e, muito particularmente, nos casos de

muito baixas capitulações ou de orfandade.

— **COMPARTICIPAÇÃO NA REEDUCAÇÃO DE CRIANÇAS INADAPTADAS**, que consiste na atribuição de subsídios nas despesas de internato, semi-internato e externato em estabelecimentos oficiais ou privados, exames médicos e psicológicos e outras formas de apoio a crianças diminuídas e inadaptadas, por forma a proporcionar o seu desenvolvimento intelectual.

Para efeitos de abono da participação escolar, os estudantes são classificados em dois grupos:

GRUPO A — estudantes que, para frequência do curso, são obrigados a sair da residência habitual do seu agregado familiar.

GRUPO B — estudantes que se mantêm na residência habitual do seu agregado familiar.

Os quantitativos a abonar mensalmente são fixados no início de cada ano económico, de acordo com as verbas disponíveis.

A fim de tornar mais rápido e eficiente o abono da participação escolar normalizada, foram os Ramos solicitados no sentido de o processo e o pagamento dos abonos ser feito através dos conselhos administrativos das várias unidades e estabelecimentos militares.

Os restantes tipos de participações escolares são processadas e abonadas directamente pelos S. S. F. A.

A participação escolar especial poderá ser concedida aos beneficiários-titulares com descendentes beneficiários dos S. S. F. A. a estudar em qualquer grau de ensino e que, mercê das suas condições económicas traduzidas numa muito baixa capitulação, careçam de apoio especial dos S. S. F. A. para manutenção daqueles descendentes nas escolas que frequentam. Pode ainda ser concedida em casos de orfandade e noutras situações especiais a analisar individualmente.

Quer dizer que, nos casos em que a participação normalizada se mostra nitidamente insuficiente, ela poderá ser completada com uma participação especial cujo quantitativo será estabelecido essencialmente em função da situação económica do agregado familiar respectivo.

Foi ainda criado o **EMPRÉSTIMO ESCOLAR REEMBOLSÁVEL** o qual poderá ser concedido quando a participação escolar atribuída for considerada pelos beneficiários-titulares como insuficiente para a manutenção de estudantes seus descendentes na frequência de cursos superiores ou equiparados.

Em casos excepcionais, a analisar caso a caso, pode ser concedido a estudantes-trabalhadores beneficiários-titulares dos S. S. F. A.

O reembolso do empréstimo será feito pelo beneficiário-titular ou pelo próprio beneficiário em mensalidades de valor igual às que foram concedidas e de acordo com a mesma ordem de concessão, com início seis meses após o beneficiário ter terminado o seu curso.

Quando os alunos a que foi concedido o empréstimo escolar reembolsável terminarem os seus cursos com muito boas classificações, a Comissão Directiva poderá dispensar o reembolso parcial daquele empréstimo, de acordo com critérios a estabelecer anualmente.

Finalmente, considerou-se que convinha manter as **BOLSAS DE ESTUDO** que vêm sendo abonadas do antecedente, nos casos em que forem respeitadas as normas anteriormente estabelecidas, em especial quanto à comprovação do aproveitamento escolar. A bolsa de estudo é inamovível com a participação escolar.

Foram já difundidas as normas que regulam em pormenor

as condições de atribuição, inscrição, períodos de abono, comprovação do direito à participação, prazos e outras condições a observar.

Estas normas entraram em vigor em 1 de Outubro, podendo ser consultadas pelos beneficiários na sede dos S. S. F. A. nas suas Delegações ou em qualquer Unidade ou Estabelecimento Militar.

HABITAÇÃO DE RENDA ECONÓMICA

O actual sistema de financiamento conseguido para este tipo de habitação (empréstimos da C. G. D. com períodos de amortização de 15 anos e taxas de juro que são actualizadas sempre que se verificam alterações nas taxas normais determinadas para a Banca) não convém aos S. S. F. A. nem aos seus beneficiários, mesmo tendo em conta eventuais participações do Fundo de Fomento da Habitação (F. F. H.).

Na realidade e como consequência de um tal sistema de financiamento os S. S. F. A. têm sido obrigados a conceder a muitos dos seus 1048 inquilinos um benefício ou subsídio mensal invisível destinado a permitir-lhes rendas sociais compatíveis com os seus vencimentos. Ora este benefício começa a tornar-se inaceitável para os S. S. F. A. em relação aos inquilinos dos prédios mais recentemente adquiridos.

Pode dizer-se que um prédio cujo valor ronde os 30 000 contos anuais, conforme a data da sua construção ou aquisição e o valor das participações concedidas pelo F. F. H.

Desta forma, os S. S. F. A. tiveram em 1976, no sector da habitação social, um prejuízo de 13 500 contos o qual se elevará em 1977 para uns 20 000 contos em resultado dos aumentos das taxas de juros já impostos este ano pela C. G. D. sem que, como contrapartida e por falta de legislação adequada, tenha sido possível actualizar, mesmo que parcialmente, as rendas que vêm sendo processadas.

Tal prejuízo reflecte-se, como não pode deixar de ser, na atribuição de subsídios e de participações respeitantes a benefícios de maior prioridade (velhice, viuvez, invalidez, orfandade, habitação própria e assistência escolar), além de determinar também uma redução do número de beneficiários atendidos.

Nas condições em que os empréstimos estão a ser concedidos aos S. S. F. A., fácil é concluir que a habitação social se está a tornar ruínoza para os Serviços e gravosa para a generalidade dos nossos beneficiários só para que alguns poucos contemplados possam auferir rendas aceitáveis.

No entanto, os S. S. F. A. não podem ignorar as dificuldades habitacionais das famílias mais numerosas ou de mais fracos rendimentos às quais se devem proporcionar verdadeiras rendas económicas, mas sem pôr em perigo os direitos de muitos milhares de beneficiários que, noutros sectores, apresentam necessidades cuja satisfação se considera muito mais prioritária.

Segundo esta óptica, foram analisadas várias hipóteses susceptíveis de permitirem a construção anual de 100 fogos (média dos últimos anos).

Naturalmente que a solução preferível consiste na atribuição aos S. S. F. A. de uma verba anual não-reembolsável da ordem dos 50 000 contos (500 contos por fogo).

A concessão de empréstimos amortizáveis em períodos da ordem dos 15 anos só é de encerrar se esses empréstimos forem concedidos com taxas de juro fixas e relativamente baixas, conjugadas com maiores

comparticipações do F. F. H. De facto, o critério de a C. G. D. poder aumentar a taxa de juro quando o entender não serve nem interessa aos S. S. F. A. até porque, não permitindo estabelecer rendas contratuais fixas, impõe a actualização dessas rendas sempre que houver aumento de juros. Se assim se não proceder terá que haver uma compensação para os prejuízos a suportar pelo orçamento dos S. S. F. A.

Como resultado dos estudos feitos, os S. S. F. A. propuseram superiormente que os 50 mil contos necessários à construção anual de 100 fogos fossem atribuídos adoptando, por ordem de prioridade, uma das seguintes soluções:

— Pelo Orçamento Geral do Estado;

— Pela C. G. D. por meio de empréstimos amortizáveis entre 15 e 25 anos, conjugado com maiores participações do F. F. H. e de modo a que a taxa de juro fixa a pagar pelos S. S. F. A. permita rendas económicas;

— Pela C. G. D. mediante empréstimos amortizáveis em 50 anos, à taxa de juro de 7,5% ao ano e atribuição das verbas não-reembolsáveis necessárias, em termos similares aos da portaria 386/77 e de modo a não haver prejuízo para os restantes beneficiários a conceder prioritariamente pelos S. S. F. A.

Pensam também os S. S. F. A. enveredar por processos que facultem a utilização de sistemas modernos de construção e que permitam um mais racional aproveitamento das verbas que venham a ser postas à sua disposição e, consequentemente, praticar rendas mais compatíveis com as possibilidades materiais dos seus beneficiários.

Em particular nos grandes centros, urge que nos orientemos para sistemas de pré-fabricação com normalização de elementos (módulos) e componentes, já em prática em vários países e que entre nós começam agora a ser encarados com atenção.

EMPRÉSTIMOS NORMAIS

Os S. S. F. A. têm conseguido dispor de algumas verbas, aliás limitadas, que lhes permitem efectuar alguns empréstimos normais que, essencialmente, se devem destinar a fazer face a verdadeiras situações de emergência acidentalmente vividas pelos nossos beneficiários.

Nos últimos tempos, porém, tem aumentado consideravelmente o número dos beneficiários que recorrem à Caixa Económica a solicitar empréstimos de vulto e alegando motivos que nem sempre se podem considerar do verdadeiro âmbito dos S. S. F. A. Por outro lado, a Caixa Económica não constitui um estabelecimento bancário normal nem as suas disponibilidades permitem dar satisfação a um ilimitado número de pedidos.

Estes aspectos têm provocado críticas constantes e o descontentamento dos que, não podendo ser atendidos com oportunidade, parecem ignorar as reais dificuldades daquela Caixa, na base das quais se situa em primeira instância a crónica insuficiência de fundos.

Não parece correcto que o atendimento dos pedidos se faça, como até aqui, pela ordem cronológica da sua apresentação sem ter em conta a natureza dos motivos invocados, base de uma selecção que se impõe.

Igualmente se pensa que os pedidos não satisfeitos devem ser anulados periodicamente, a fim de se evitar o engrossamento progressivo da lista de espera com pedidos que, não sendo considerados prioritários,

dificilmente poderão vir a ser deferidos ou o serão quando tal já se não justifica.

Sobretudo, entende-se que a concessão dos empréstimos normais tem que obedecer a critérios sociais de selecção dos pedidos, critérios estes que devem presidir também à fixação das taxas de juro, dos períodos de reembolso e dos quantitativos máximos a conceder.

Assim, além das normas já em vigor, foram estabelecidas as seguintes normas gerais:

— os motivos normalmente invocados para solicitação dos empréstimos foram agrupados em cinco prioridades (doença, falecimento, aquisição de mobiliário fundamental, despesas imprevistas resultantes de compromissos inadivéis anteriormente assumidos ou de problemas surgidos inopinadamente, aquisição de electrodomésticos, etc.);

— separados os pedidos por prioridades, a convocação dos requerentes será feita por ordem cronológica dentro de cada prioridade;

— para cada prioridade será anualmente estabelecida uma taxa de juro específica, a qual terá também em linha de conta o vencimento-base do beneficiário-titular, isto é, essa taxa será menor para os vencimentos mais baixos e empréstimos considerados de primeira prioridade e, pelo contrário, será mais alta para os vencimentos maiores e empréstimos de reduzida prioridade;

— cada empréstimo não poderá exceder o equivalente ao número de vencimentos-base estabelecido anualmente para cada prioridade;

— os empréstimos serão reembolsados no número de mensalidades que anualmente for definido, da ordem das 24 a 36 mensalidades;

— mensalmente atender-se-á o número de pedidos comportável no duodécimo da verba disponível para empréstimos normais.

COLÓNIAS DE FÉRIAS

Os S. S. F. A. têm feito funcionar, durante os períodos de Verão, as colónias de férias do Lar Académico Militar (Oeiras), Forte das Maias (Oeiras) e S. Jacinto (Aveiro) nas condições que oportunamente têm sido difundidas.

Pensa-se que elas poderão continuar a funcionar sensivelmente nos mesmos moldes, embora o interesse manifestado pelos nossos beneficiários em relação àquelas colónias de férias tenha vindo a diminuir gradualmente.

Assim é que, por falta de concorrentes, foi já extinta a colónia de férias de Buarcos.

Em regime experimental abriu, em Janeiro de 1977, com algumas deficiências, o Centro de Repouso de Porto Santo (CEREPOSA) que funcionou também como colónia de férias para a Madeira. A experiência adquirida permitiu a elaboração de novas normas já difundidas e que entram em vigor em 1 de Outubro. Pensa-se que algumas pequenas obras de beneficiação a realizar a curto prazo melhorarão nitidamente as condições de estadia naquele Centro.

Continua sendo intenção dos S. S. F. A. estabelecer um parque de campismo nos terrenos do extinto CICA em Lagos, logo que o Exército nos ceda parte dos referidos terrenos.

INFANTÁRIOS

É problema que só deverá ser equacionado em termos globais quando puderem ser solucionados ou orientados eficazmente os problemas fundamentais.

A prioridade atribuída a este benefício foi bastante baixa, mas isso não deverá impedir que os infantários existentes continuem a ter que ser mantidos ou apoiados como até aqui, embora com o mínimo de dispêndio possível.

PROGRAMAÇÃO DAS ACTIVIDADES DOS SERVIÇOS SOCIAIS DAS FORÇAS ARMADAS

Os Serviços Sociais das Forças Armadas, de que algumas centenas de deficientes das Forças Armadas são já sócios, têm desenvolvido uma acção social junto dos seus associados, que vai desde a assistência médica até casas de renda económica.

Os sócios dos SSFA nem sempre tiveram conhecimento oportuno das várias acções sociais desenvolvidas por aqueles serviços. A fim de colmatar esta lacuna, a Comissão Directiva publicou um boletim, onde apresenta a programação das actividades a desenvolver no futuro.

Nesta programação de actividades são estabelecidas prioridades, aparecendo em primeiro lugar a 3.ª IDADE (Velhice, Viuvez, Invalidez e Orfandade) e ASSISTÊNCIA SANITÁRIA. Em segundo lugar surge a HABITAÇÃO e ASSISTÊNCIA ESCOLAR. Em último lugar são considerados os EMPRÉSTIMOS NORMAIS, COLÓNIAS DE FÉRIAS e INFANTÁRIOS.

Apresentam-se, em seguida, os capítulos relativos a cada uma das acções a desenvolver prioritariamente pelos SSFA, insertos no referido boletim.

VELHICE, VIUVEZ INVALIDEZ e ORFANDADE

Os benefícios que englobam estas situações foram classificados pelos nossos beneficiários como os de mais elevada prioridade.

São, consequentemente, para os S.S.F.A., aqueles em que se deverá exercer o maior esforço.

Nestes foram considerados dois aspectos:

— o das pensões e subsídios para reformados, viúvas, inválidos e órfãos;

— o de apoio social a prestar aos idosos.

PENSÕES E SUBSÍDIOS

Na exposição ao C. C. E. M. foi sugerido que, a âmbito nacional se encarassem a hipótese de um maior desconto para a Caixa Geral de Aposentações que garantisse aos reformados e viúvas a actualização permanente das suas pensões de reforma e de sobrevivência.

Na situação presente qualquer eventual actualização das pensões de reforma e sobrevivência poderá todo o seu valor se não for aplicado desde já um sistema que permita, anualmente ou sempre que alterado o esquema nacional de vencimentos, actualizar automaticamente as referidas pensões. Se tal não for feito, os S.S.F.A. terão que empregar nestes subsídios o seu maior esforço, desviando-se necessariamente de outras actividades mais de acordo com a sua missão.

O estudo desta sugestão ou a definição de outras soluções de alternativa não compete, porém, aos S.S.F.A.

Entretanto por força do Decreto-Lei n.º 341/77, estão a ser revistas as pensões de reforma e de sobrevivência pela atribuição aos respectivos beneficiários das diuturnidades a que tenham direito.

Mesmo assim um elevado número de beneficiários dos S.S.F.A. continuará a auferir pensões mensais bastante baixas. Bastará lembrar que cerca de 14 % das viúvas de militares não auferem quaisquer pensões e que cerca de 20 % auferem actualmente pensões inferiores a 1500\$00.

Até Julho de 1977, os S.S.F.A. atribuíam subsídios de quantitativo igual à diferença entre as pensões dos beneficiários e o chamado mínimo vital (2 200\$00 para viúvas de oficiais; 2000\$00 para viúvas de sargentos; 1800\$00 para viúvas de praças). Atribuíam ainda 800\$00 mensais por cada elemento do agregado subsidiado, desde que tal se justificasse.

É, porém, intenção dos S.S.F.A. elevar tal valor, aproximando-o o mais possível do salário mínimo nacional.

Para isso foi solicitada a inscrição da verba necessária no orçamento para 1978.

É, porém, evidente que os agregados familiares de idosos se não põem apenas problemas de subsistência.

Há militares idosos que se encontram em situações críticas por motivos diversos, quase sempre resultantes da sua avançada idade e de uma maior ou menor incapacidade ou in-

validez; alguns são irrecuperáveis; outros estão acamados. Por vezes, dentro do seu agregado familiar, há outros idosos em análogos circunstâncias.

Estas situações têm que ser atendidas pelos S.S.F.A., pois que só os seus aspectos sanitário e medicamentoso são parcialmente cobertos pelas ADM'S.

Assim é intenção dos S.S.F.A. instituir neste sector os seguintes tipos de subsídios ou participações.

SUBSÍDIOS COMPLEMENTARES DE PENSÕES:

— **Subsídio complementar normal** — a atribuir como diferencial a todos os beneficiários-titulares dos S.S.F.A. (viúvas, reformados ou órfãos) que auferem pensões inferiores ao valor mínimo, a estabelecer pelos S.S.F.A., de acordo com as verbas anuais que lhes forem atribuídas.

Pretende-se que, com o somatório das suas pensões e deste subsídio, cada beneficiário-titular possa dispor para o seu agregado familiar de, pelo menos, o equivalente ao salário mínimo nacional.

— **Subsídio complementar de apoio familiar** — a conceder quando a totalidade dos rendimentos do agregado familiar se mostrar nitidamente insuficiente para fazer face às despesas mínimas vitais do agregado.

Na atribuição deste subsídio ter-se-ão em consideração, por um lado os familiares-beneficiários legalmente pertencentes ao agregado, e por outro lado, a totalidade dos seus rendimentos, incluindo todos os abonos, subsídios ou participações de outra natureza concedidos pelos S.S.F.A. ou por qualquer outro organismo assistencial.

A apreciação destes casos será feita individualmente, após inquérito específico, sendo o quantitativo a atribuir função da situação em que o agregado se encontrar.

Subsídios especiais

— **Subsídio especial para idosos** — a conceder quando, por motivos especiais devidamente comprovados, o beneficiário-titular necessitar de um apoio material suplementar, com vista a uma determinada ou determinadas finalidades.

— **Subsídio especial para irrecuperáveis ou incapacitados** — a atribuir quando o irrecuperável ou incapacitado implicar despesas anormais não comportáveis pelo orçamento do agregado familiar.

— **Subsídio especial para acamados** — a atribuir, em particular, quando o acamado não possa ser adequadamente tratado pelo seu agregado familiar ou exija cuidados especiais ou vigilância permanente, sem que se torne imperioso o internamento em estabelecimento hospitalar ou aconselhável o seu internamento num lar.

— **Subsídio especial para lares** — destinado a auxiliar o internamento em lares dos beneficiários acamados ou que não possam ou não convenha manter em agregado-familiar por inexistência ou nítida insuficiência das condições que este lhes possa oferecer.

A apreciação dos subsídios especiais será feita caso por caso, podendo os motivos que originarem a sua atribuição ter que ser comprovados periodicamente ou sempre que solicitado.

Os quantitativos a atribuir serão estabelecidos em função dos rendimentos totais do agregado, da sua situação e de outros factores específicos a atender, em cada caso, para cada tipo de subsídio.

Comparticipações, empréstimos, etc.

Consideraram-se neste grupo os empréstimos de cadeiras de rodas, de camas articuladas, de eventuais participações ou empréstimos para a aquisição de carimbos de rodas com motor, etc.

As condições de atribuição dos subsídios complementares, dos subsídios especiais e das participações serão objecto de normas específicas presentemente em elaboração.

APOIO SOCIAL

Pensa-se que a solução de maior interesse consistiria na montagem de estruturas polivalentes que designamos por «complexos sociais» e em que a 3.ª Idade teria o lugar predominante.

Tais complexos compreenderiam um conjunto de blocos residenciais comportando séries de apartamentos de diferentes dimensões em que, numa harmoniosa distribuição, viveriam casais idosos ou viúvos, de mistura com agregados familiares mais jovens. A percentagem de apartamentos para idosos seria predominante (1).

Os blocos residenciais envolveriam um «centro de convívio» em que além de refeições a preços aceitáveis, diversas salas permitiriam utilizar o tempo disponível, a conversar, a ler, a ouvir música, em terapêutica ocupacional ou em lazeres de vária natureza.

Disporiam de lavanderia, bar, mini-mercado, oficinas e outras facilidades. Pessoal de serviço doméstico encarregar-se-ia do arranjo e apoio dos idosos, apoio que poderia estender-se à zona circundante.

Dependendo da sua localização, poderiam incluir-se nes-

tes complexos alojamentos para estudantes.

O centro de convívio, género clube militar, estaria aberto a todos os beneficiários dos S.S.F.A., às famílias dos idosos e até a civis convidados ou credenciados.

Cada complexo disporia ainda de apoio sanitário mais orientado para a 3.ª Idade, mas servindo também a população militar da área.

Todos os serviços seriam pagos, embora de acordo com o valor das pensões de reforma ou de sobrevivência dos utentes. Assim estes sentir-se-iam independentes e não asilados por favor.

Mas, não basta pensar em complexos sociais, já que, sendo o problema muito mais vasto, eles constituem apenas uma parcela de um todo que se deseja coerente e capaz de permitir atingir os verdadeiros objectivos de uma autêntica política de 3.ª Idade.

Há todo um conjunto de problemas de carácter social, psicológico, ocupacional, sanitário e de apoio nos vários aspectos da vida humana que exigem ser equacionados num plano de conjunto para que as soluções a adoptar possam ser realmente as mais indicadas e, sobretudo, realísticas.

Assim, há que pensar também em hospitais geriátricos, secções geriátricas dos hospitais militares, centro geriátricos de dia, etc.

Nem tudo pode, como é evidente, ser da responsabilidade dos S.S.F.A.

Nalguns casos concluir-se-á que a dimensão das estruturas a montar será excessiva para as necessidades locais da família militar e, então, ou nos associamos às entidades civis ou abrimos as nossas portas aos civis.

Seja como for, o assunto necessita ser estudado com a necessária profundidade e sensatez.

Foi por isso proposta a constituição de uma Comissão das Forças Armadas para a 3.ª Idade que, além de elementos dos S.S.F.A., agrega elementos dos 3 Ramos das Forças Armadas e de Ministérios Civis. Essa proposta foi aprovada pelo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas em 06Set 77 e estabelece um prazo de 4 meses para elaboração de um programa destinado a permitir a solução concreta dos problemas da 3.ª Idade, a nível das Forças Armadas.

Foi também solicitado, por intermédio do Prof. Almerindo Lessa, seu Vice-Presidente, o apoio do Centro Internacional de Gerontologia Social. As primeiras informações obtidas dizem-se que «os S.S.F.A. poderão em verdade ensaiar alguma coisa de bem prático e até com certo ar de novidade, pois que nenhum Exército da Europa se preocupou até hoje com essa questão...».

É intenção dos S.S.F.A. dar concretização ao programa que vier a ser elaborado pela Co-

missão das Forças Armadas para a 3.ª Idade, utilizando, em particular para os complexos sociais, as quotas dos nossos beneficiários que, assim, lhes ficarão especificamente consignadas, atestando o muito que se poderá fazer quando a vontade e a solidariedade humanas o desejarem.

ASSISTÊNCIA SANITÁRIA E MEDICAMENTOSA

Diz a Constituição (Art.º 63.º) que «o sistema de segurança social protegerá os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez orfandade...».

Conclui-se que a assistência na doença faz parte de um conjunto que se deseja harmónico, coordenado devidamente integrado, e que, portanto, não convém dissociar como aliás é finalidade expressa pelo Ministério dos Assuntos Sociais.

Acontece, porém, que nas Forças Armadas a definição das normas que visam a melhoria dos esquemas da assistência sanitária e medicamentosa passou, a partir de 1975, a ser da responsabilidade da Comissão Permanente para a Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (COPADMFA), construída por um representante do CEMGFA e de cada um dos departamentos militares.

Por sua vez, em cada um dos Ramos, a execução dessas normas ficou a cargo da Assistência na Doença aos Militares (ADM) dos respectivos Ramos, os quais foram dotados das verbas indispensáveis.

Não se vê qualquer inconveniente na execução descentralizada por que se optou. Tal descentralização trouxe até vantagens nítidas, sobretudo no que respeita à comodidade para os beneficiários e rapidez na obtenção dos medicamentos e na concessão das participações estabelecidas.

O facto, porém, de a ADM abranger apenas os militares dos Q.P. apresenta o inconveniente de obrigar os S.S.F.A. a manter uma outra estrutura de assistência sanitária destinada a apoiar exclusivamente os beneficiários dos S.S.F.A. não pertencentes aos Q.P. e que, por tal, não podem utilizar os hospitais militares.

É sistema que, além de anti-económico, se não justifica dentro de um mesmo sector — as Forças Armadas — em que os recursos materiais e humanos não abundam.

Também não se vê inconveniente em que continue a ser a COPADMFA a definir percentagens, valores de participações, normas administrativas e de funcionamento das ADM'S e outros aspectos similares.

Entendeu-se, de qualquer modo, que os S.S.F.A. deveriam estar incluídos no sistema, essencialmente com vista à coordenação geral da política de segurança social a implantar no seio das Forças Armadas, devidamente coordenada com idêntica política a nível nacional, evitar que, em sectores que devem estar estreitamente ligados, se estabeleçam orientações susceptíveis de pôr em causa a harmonia que deve caracterizar a acção das actividades sociais que a Constituição integra no que designou por sistema de segurança social e, mais particularmente, no que se refere à doença, velhice, viuvez, invalidez e orfandade, que os nossos beneficiários por unanimidade e indissolvemente reuniram no 1.º grupo de prioridade.

Nesse sentido e por decisão do C. E. M. G. F. A., passou a haver uma acção coordenada dos S.S.F.A. e da COPADMFA que, repete-se, continua única responsável pela orientação das ADM'S.

Da COPADMFA passou, por despacho de 31AGO77 também a fazer parte um representante dos S.S.F.A. e, com vista a uma eventual futura integração são agora nela admitidos como

observadores representantes das Forças de Segurança.

Os Serviços Sociais mantêm 8 Postos Clínicos, nos seguintes locais:

- Posto n.º 1 — Alfeite
- Posto n.º 2 — Sede dos Serviços Sociais.
- Posto n.º 3 — Porto
- Posto n.º 4 — Olivais-Sul
- Posto n.º 5 — Coimbra
- Posto n.º 6 — Lar Académico Militar
- Posto n.º 7 — Lar dos Veteranos Militares
- Posto n.º 8 — Forte das Maiais

Em todos eles são prestadas consultas de clínica geral.

Além disso, no Alfeite, funcionam ainda consultas de pediatria, estomatologia ginecológica; nos Olivais-Sul, consultas de estomatologia e ginecologia; finalmente, em Coimbra, consultas de pediatria, ginecologia e cardiologia.

Estes Postos manter-se-ão em funcionamento e o seu âmbito poderá ser alargado se tal se justificar.

HABITAÇÃO PRÓPRIA

É notório o interesse do pessoal das Forças Armadas pela habitação própria, desde que possível a sua aquisição em condições favoráveis, ou sejam, largos períodos de amortização e razoável bonificação de juros.

De contrário, este tipo de habitação estará fora do alcance da maioria dos nossos beneficiários.

Aliás este interesse corresponde a uma tendência moderna, quer nos países de economia de mercado, quer nos países de economia de direcção central e daí o progressivo e generalizado incremento da habitação própria em relação à habitação de renda económica.

Também se verifica um acentuado interesse dos actuais inquilinos dos prédios dos S.S.F.A. no sentido de os mesmos adquirirem os fogos que habitam.

As inscrições para a obtenção de empréstimos hipotecários, abertas em 1970, foram canceladas em 1975. Dos inscritos até então, convocaram-se 1028, dos quais foram atendidos 374 (média anual de 66) e desistiram 553. Estão em curso os processos de 101.

Falta, portanto, convocar 1871 inscritos, admitindo-se que venham desistir cerca de 50 %.

Para satisfação de 935 pedidos (metade de 1871) consideram-se necessários:

— ou 200 000 contos por ano, para uma solução de 3 a 4 anos.

— ou 120 000 contos por ano, para uma solução de 5 a 6 anos.

Salienta-se que na actual lista de espera, a maioria das inscrições se processou há mais de 5 anos.

O aumento considerável dos custos de construção colocou no entanto, muitos dos beneficiários inscritos perante a impossibilidade de assumirem os encargos mensais correspondentes à habitação desejada. Outros solucionaram já o seu problema ou deixaram de estar interessados, por motivos diversos.

Impõe-se, portanto, a actualização da citada lista de espera, sendo também aconselhável e justo abrir de novo as inscrições aos restantes beneficiários.

Uma vez que em todas as suas actividades e manifestações os S.S.F.A. devem pautar a sua acção por critérios sociais, entende-se que estes devem presidir ao chamamento dos beneficiários, embora com ressalva de direitos já adquiridos pelos beneficiários actualmente inscritos (critério cronológico).

ESTATUTOS DA ADFA

(ART.º 4.º)

1 — A ADFA, integrada em princípios fundamentais do respeito pela livre iniciativa, visa a defesa e promoção dos interesses sociais e económicos, morais e profissionais dos deficientes e deverá sempre orientar a sua política de modo a apoiá-los e a conseguir no seu seio uma justiça social efectiva.

2 — A ADFA nunca poderá ter um carácter partidário ou seguir qualquer credo religioso, sendo vedado aos associados encaminhar a Associação para qualquer partido ou religião ou ainda servir-se da mesma para iguais fins.

3 — A ADFA deverá ter sempre uma actuação democrática, orientando a sua política de reabilitação e reintegração sócio-profissional dos deficientes numa perspectiva socialista.

CGTP-IN E OS DIREITOS DOS DEFICIENTES

(Continuação da 1.ª pág.)

agricultores e às suas organizações de classe que em conjunto com as organizações sindicais lutem pelos seus interesses imediatos e pelos seus direitos constitucionais, alargando o espírito de solidariedade de classe entre todas as camadas do Povo Trabalhador».

A CGTP-IN exigiu do governo: «que se acabe com o plafond máximo de 3000\$/mês fixado para as pensões dos acidentados de trabalho e doenças profissionais; que seja fixado como base mínima para o cálculo das pensões o salário mínimo nacional; que o cálculo das pensões por acidentes de trabalho e doenças profissionais se baseie em 0,75 do salário auferido na data do acidente ou da detecção da doença, salvo se outra remuneração de base se mostrar mais favorável ao trabalhador».

Entre as várias conclusões deste plenário dos sindicatos, salientamos ainda: «que seja reconhecida e definida uma política de Segurança Social e Saúde de acordo e com a participação das Associações Sindicais; que seja reconhecido e garantido o direito ao trabalho e à segurança no emprego; que seja defendido o poder de compra dos trabalhadores e das camadas sociais de mais baixos rendimentos».

Neste plenário, em que estiveram presentes 240 organizações sindicais representativas de 1 574 000 trabalhadores, e que se realizou para analisar a situação decorrente da formação do II Governo Constitucional, foi decidido «manifestar ao Secretariado Nacional da CGTP-IN o total apoio e confiança para, no exercício do mandato conferido pelo Congresso de todos os Sindicatos e pelo Plenário de 8 de Outubro/77, promover todas as acções que considere necessárias, nomeadamente, quando julgado conveniente e oportuno, definir e marcar uma jornada de luta Nacional, assente na análise da situação social e política, com vista à defesa dos interesses dos trabalhadores».

SEMINÁRIO DE DESPORTO PARA DEFICIENTES

(Continuação da 5.ª pág.)

sunto, podemos ter uma opinião positiva sobre ele, mas podemos não ter uma atitude muito positiva, porque é de uma outra maneira uma «proibição» que entra em conflito com as nossas normas e valores. Podemos saber qual é a deficiência de uma criança, podemos gostar muito dela, mas ter uma criança defeituosa é considerado como um pecado ou um castigo de um pecado. rejeitamo-la, escondemo-la, arrumamo-la, e assim impedimos o seu desenvolvimento. Não é difícil encontrar exemplos de atitudes estranhas, atitudes essas, por falta de conhecimento. Quantos leigos sabem realmente de algo dos deficientes e suas consequências?

DIFERENTES FASES DE UM DEFICIENTE

Para o mundo exterior e para o deficiente é muito importante o conhecimento sobre as diferentes fases na assimilação de um deficiente. Vou agora enumerá-las, mas não para as discutir. A «noção» de situação» que é rapidamente sc.tida; a tristeza que é caracterizada pelo «passado feliz»; e depois os diferentes mecanismos de defesa. tais como a repressão, projecção,

compensação e recusa, antes da fase de assimilação.

COMUNICAÇÃO

O que acabei de dizer sobre a alteração de valores é, evidentemente, apenas individual, mas também social. A psicologia é psico-social, porque as sensações pessoais e o comportamento em muitos dos casos, depende do homem da sociedade. Isto também é a opinião de Watzwick que considera o comportamento como uma comunicação. O mau ajustamento não é visto como algo causado pelo indivíduo, mas por uma falha no acto recíproca. Enumera muitas formas de comunicação e suas consequências.

A ideia de que um membro de uma família de esquizofrénicos deverá sentir-se mal ajustado devido à forma de comunicação, poderá ser muito semelhante à opinião de que o ser-se deficiente não é um problema em si, mas torna-se em problema pela maneira de reagir de ambos os lados num acto recíproco.

Devo concluir que a comunicação entre deficientes e não deficientes constitui dificuldades muito importantes na aceitação e assimilação de vivência com um deficiente.

No campo da reabilitação ainda se encontram estes problemas. Muitas vezes vimos como a repressão, projecção,

PROGRAMA DO II GOVERNO CONSTITUCIONAL

(Continuação da 1.ª pág.)

durou 14 anos, e tem, por virtude dessa mesma guerra, muitos deficientes, e é um ponto de honra em cada sociedade civilizada poder integrar e tratar em condições humanas e dignas os seus deficientes. É para dar ênfase e relevo a essa matéria que lhe demos um tratamento especial».

Eis a transcrição, na íntegra, da parte do programa do II Governo Constitucional que trata da reabilitação de deficientes.

● — O programa do I Governo Constitucional reconheceu a marginalização a que na sociedade portuguesa têm sido votados os deficientes, constituindo tal facto, para além de uma flagrante injustiça de carácter social, um verdadeiro atentado aos direitos fundamentais de todo o cidadão.

Com efeito, quer os serviços públicos quer as instituições de natureza privada, ligados à reabilitação, têm desenvolvido uma actuação que, embora meritória, fica muito aquém do que seria legítimo esperar neste domínio, que interessa e respeita a centenas de milhar de portugueses.

Por outro lado, o espírito assistencial que tem presidido, no nosso País, às acções de reabilitação, e o carácter supletivo da actuação do Estado, têm de ser para sempre banidos, pelo que o Governo enfrentará o problema com uma filosofia nova e de acordo com o projecto constitucional da sociedade portuguesa.

No panorama da reabilitação em Portugal cabe referir a situação actual dos serviços públicos, das instituições privadas, das cooperativas e do movimento associativo de deficientes.

Muito embora se tenha vindo a assistir, em alguns serviços, a uma sensível melhoria da qualidade das prestações que lhes são exigíveis e às tentativas de reajustamentos orgânicos e funcionais, a situação ge-

ral não é satisfatória, sendo detectáveis:

- a) Incapacidade de, pela escassez de dimensão dos aparelhos existentes, haver resposta adequada às múltiplas carências da população deficiente
- b) Inexistência de estruturas e de respostas político-administrativas em domínios em que as necessidades sociais são flagrantes;
- c) Dimnuta rendibilidade social e económica dos serviços em geral, pela não integração das acções que desenvolvem em sistema que planifique e coordene a intervenção de cada um;
- d) Errado posicionamento de alguns serviços relativamente à organização administrativa vigente;
- e) Insuficiência dos quadros de pessoal existente e da sua valorização e a fraca preparação profissional de algumas categorias;
- f) Inadequação orgânica e funcional da maioria dos serviços, face às necessidades para cuja satisfação foram criados.

● — No domínio das instituições privadas e das cooperativas, pode observar-se:

- a) Meritória actividade de grande parte das instituições particulares sem fins lucrativos, desprovidas todavia, dos meios humanos técnicos e financeiros necessários ao desenvolvimento da sua acção;
- b) Diversas instituições de fins lucrativos, de existência necessária, dada a insuficiência de estruturas análogas, no sector público, com labor genericamente meritório, mas a preços incompatíveis;
- c) Surto de um movimento cooperativo nos domínios da reabilitação especial, resultante da exiguidade da resposta pública às necessidades da população e da onerosidade das estruturas privadas, que tem sido apoiado pela Administração e por esquemas de segurança social.

● — Relativamente ao impulso que o movimento associativo dos deficientes tem vindo a conhecer, é o mesmo determinado pela justa convicção de que a existência de uma política nacional de reabilitação

pressupõe a acção interventora e crítica dos principais interessados que, com determinação, se constituem parte activa neste processo.

● — Face à situação descrita, e dada a necessidade de implantação de uma política global e integrada de reabilitação, o Governo, reitera, na sua essência, as considerações sobre o problema, expressas no Programa do I Governo Constitucional. Com efeito, a criação de um instituto público, instrumento do Governo para a definição e execução de uma política nacional de reabilitação e integração social dos deficientes, constitui a única estratégia possível para o integral aproveitamento dos recursos nacionais disponíveis, a planificação e a coordenação das acções, condições de eficácia de uma tal política.

● — Com a criação do Secretariado Nacional de Reabilitação (Decreto-Lei n.º 346/77, de 20 de Agosto) dotou-se o País de um organismo capaz de dar resposta a todos os problemas que se nos deparam no domínio da reabilitação de deficientes. Com efeito, a estrutura orgânica do Secretariado Nacional de Reabilitação, nomeadamente, a do seu Conselho Nacional de Reabilitação, as ligações estabelecidas com titulares dos Ministérios mais directamente interessados na definição e execução da política de reabilitação e integração social dos deficientes, e as amplas atribuições que lhe são cometidas, garantem a eficácia do trabalho que o Secretariado Nacional de Reabilitação desenvolverá e a sua permanente identificação com a acção governativa global.

● — Não querendo o Governo antecipar-se às propostas que lhe venham a ser apresentadas pelo Con-

selho Nacional de Reabilitação, e para além de medidas pontuais que a acção governativa aconselhe, enuncia-se porém, desde já, como prévia e necessária à definição de uma política global de reabilitação, a efectivação do que se segue:

- a) Elaboração de definições topológicas de deficiência e dos níveis de gravidade da lesões, visando-se, assim, estabelecer âmbitos de incidência das medidas a adoptar;
- b) Promoção de um recenseamento nacional dos deficientes e criação de um mapeamento de despiste permanente;
- c) Levantamento dos recursos afectos ou susceptíveis de afectação à reabilitação dos deficientes;
- d) Definição das competências próprias e dos âmbitos de intervenção dos Ministérios e Secretarias de Estado no processo multidisciplinar de reabilitação de deficientes e consequente reordenamento e apetrechamento das estruturas administrativas;
- e) Definição de uma política global de apoio às iniciativas particulares que se situam neste domínio e consequente integração destas na planificação das acções que vier a ser elaborada.

● — O Governo, tendo embora presente a grave crise que o País atravessa, expressa a sua firme disposição de utilizar os recursos necessários ao desenvolvimento de uma política nacional de reabilitação e integração socio-laboral dos deficientes, cidadãos que têm pleno direito a uma reparação da sociedade portuguesa, da qual tm sido elementos marginalizados e desprotegidos.

Assinar o «ELO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS», é uma forma de contribuir para a difusão e compreensão da problemática de um vasto sector desfavorecido da população, não de uma forma caritativa mas num espírito de solidariedade e calor humano comprovando que os deficientes não estão sós na luta pela integração numa sociedade que, à medida que se for tornando mais justa, menos os marginalizará.

Recorte e envie para Jornal «ELO» — Palácio de Independência — Largo de S. Domingos — LISBOA.

Queiram considerar-me assinante do «ELO DOS DFA»

Nome

Morada

Localidade

- PORTUGAL**
- ANUAL 100\$00
 - SEMESTRAL 50\$00
- ESTRANGEIRO**
- ANUAL 200\$00
 - SEMESTRAL 100\$00

(Marque com um X o quadrado respectivo)
JUNTO ENVIO CHEQUE
VALE DE CORREIO
(Riscar o que não interessa)

PORTUGAL/HOJE

NOTAS SOBRE O II GOVERNO CONSTITUCIONAL

Entre os inúmeros benefícios que o 25 de Abril trouxe ao Povo português, conta-se a abolição da censura. Essa hidra que zelosamente velava pela «ordem e moral» legalmente constituídas (leia-se desordem e imoralidade, peculiares ao estado fascista).

E a prova dessa abolição é o facto de livremente se poder discordar dum governo sem se ser incomodado pelos esbirros desse mesmo governo, como outrora acontecia.

Nesta base iremos tecer algumas considerações, que sem serem demasiada nem longas serão objectivas.

Acontece que o novo governo — O II Governo Constitucional — no seu programa apresenta factos que não deixarão de preocupar o trabalhador deste país.

Assim, o sr. primeiro-ministro declarou que os Serviços Médico-Sociais deixarão de financiar as radiografias que os seus beneficiários necessitam, alegando que Portugal é o país onde

mais exames radiológicos se fazem.

Ora se mesmo com a quantidade desses exames, que o dr. Mário Soares acha exagerado, Portugal continua sendo um dos países com mais taxa de mortalidade infantil, e menor anos-vida médios, algo está mal.

Outro assunto do programa do governo refere-se à inflação e à contenção do aumento do custo de vida.

Será desnecessário lembrar-se que um Povo é tanto mais saudável quanto melhor for o seu nível alimentar. E quanto mais saudável for esse Povo maior será a sua capacidade de trabalho e consequente rentabilidade. Acontece porém que, se os trabalhadores não aufferem ordenados que permitam fazer face ao custo de vida e alimentar-se convenientemente, forçosamente a produção será inferior à dos trabalhadores bem alimentados.

Sabemos perfeitamente que vivemos dias de angustiantes dificuldades econó-

micas, mas não cabe apenas aos trabalhadores um sobre-esforço para se vencer a crise.

Para que o trabalhador desenvolva a sua actividade de maneira satisfatória e contribua para o desenvolvimento económico do país (aliás é o trabalhador o principal obreiro da riqueza do seu país) é absolutamente necessário e indispensável a criação de infra-estruturas que o acompanhem no seu labor. E dessas infra-estruturas forçosamente farão parte uns serviços médico-sanitários que curem e previnam as doenças de maneira eficaz. É igualmente necessário que o trabalhador tenha poder de compra real. Ora foi afirmado por um deputado durante os debates que se verificaram na Assembleia da República, aquando da aprovação do programa do II Governo Constitucional, que o poder de compra dos trabalhadores, é hoje em dia, igual ao de 1968. Isso é particularmente grave, na medida em que traduz de forma inequívoca a odisseia que o trabalhador tem que viver todos os meses.

Tomemos como exemplo o ano de 1977. O governo decretou, como medida de austeridade, que os ordenados não poderiam ultrapassar os 15 por cento. Ora, segundo os dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, o nível de vida aumentou 27 por cento. Quase o dobro. (Para melhor documentação consulte-se o número anterior do ELO).

Todo o bom português que se preze, o patriota convicto, amigo da Democracia e da Liberdade, sabe que são necessários sacrifícios. Vivemos muito na base dos empréstimos, e tais empréstimos põem em perigo a nossa Independência Nacional. Será utópico pensar-se que quem dá nada exige em troca. Não é que professemos o ceptismo como religião, mas a prática do dia-a-dia, nos seus ínfimos pormenores revela-nos isso mesmo.

Portugal ocupa, em todos os sectores, um dos mais baixos lugares da Europa. Acontece que os sacrifícios são indispensáveis para um melhoramento das condições de vida. Mas esse melhoramento não pode ser conse-

guido à custa de sacrifícios excessivamente penosos.

Não se pode anunciar austeridade para o Povo trabalhador e indemnizar-se aqueles que sabotaram a economia nacional, sobre muitos dos quais cai a alçada da justiça, por fuga ilícita de capitais.

A especulação encontra-se generalizada. Os bens de primeira necessidade sobem desmedidamente. As mulheres, tradicionalmente encarregadas do aprovisionamento dos lares, vêm os preços subirem todos os dias. O governo tem-se mostrado incapaz de conter esse ganqueterismo. E, tal como tantas vezes temos afirmado, torna-se absolutamente necessária a criação de brigadas fiscalizadoras eficazes que não deixem continuar a subida de preços à margem da lei.

O parasitismo dos intermediários deverá ser igualmente banido. Enfim, um sem-número de factos que em nada contribuem para a consolidação da Democracia.

Tal como acima afirmamos, não pretendemos fazer um trabalho demasiadamente longo e técnico, mas manifestarmos uma opinião. Foi isso que fizemos, embora reconhecamos que de maneira algo incompleta cabe ao leitor julgar e dizer de sua justiça.

INCREMENTO DO DESPORTO PARA DEFICIENTES DO NORTE

No sentido de intensificar a prática do desporto entre os deficientes, a delegação da Associação no Porto apela para os sócios interessados que entrem em contacto, pessoal ou por escrito, com aquela delegação, indicando as modalidades que pretendem praticar, a fim de ser possível fazer uma programação das actividades a desenvolver ou incrementar.

Recorda-se que a delegação da Associação no Porto se situa na Rua Pedro Hispano, n.º 1105.

PORTUGAL-C.E.E.

Roy Jenkins, presidente da comissão executiva da CEE declarou recentemente que o parecer da comissão sobre a adesão de Portugal deverá estar concluído no fim de Março, enquanto relativo à Espanha será divulgado no princípio do próximo ano, insistindo no facto de as negociações serem conduzidas numa base individual.

Os governos grego, espanhol e português afirmaram às autoridades do Mercado Comum que preferiam que as suas propostas fossem consideradas separadamente.

Jenkins, que anunciava o programa da comissão para o

ano em curso ao Parlamento Europeu, afirmou que o Mercado Comum deve esforçar-se por resolver os principais obstáculos às negociações para a entrada da Grécia no bloco económico dos «nove» até ao fim deste ano.

Um dos principais obstáculos à adesão dos três países, Grécia, Espanha e Portugal é o da agricultura, embora outro «argumento de peso» é o das débeis economias destes países.

Noutro passo do seu discurso, Jenkins mostrou-se pouco optimista em relação aos seis milhões de desempregados nos países da CEE.

A CULTURA É UMA ARMA

Desde há uns tempos a esta data temos mantido, regularmente a rubrica «A CULTURA É UMA ARMA».

Neste número, por absoluta impossibilidade do responsável pela rubrica não nos é possível inserir o texto a ela referente.

No próximo mês a rubrica continuará, podendo desde já acrescentar aos nossos leitores que o tema será sobre a Alemanha mozi, que no período 30-40, pôs a ferro e fogo a Europa e o Mundo.

Secretariado Nacional de Reabilitação

RELEMBRADO NO PROGRAMA DO II GOVERNO CONSTITUCIONAL

O Programa do II Governo Constitucional, aprovado pela Assembleia da República, faz referência ao Secretariado Nacional de Reabilitação e afirma a intenção de o Governo levar a cabo uma política nacional de reabilitação.

A parte do Programa deste Governo, que publicamos na íntegra e noutra local deste número, tal como no Programa do I Governo Constitucional, é bastante extensa e com isso os deficientes não podem deixar de congratular-se. Tal como não podem deixar de se congratular com as declarações de intenções contidas nesse capítulo dedicado aos deficientes.

Constatamos que, depois do 25 de Abril de 1974, a nível governamental muito se tem escrito e declarado sobre reabilitação, ao mesmo tempo que constatamos que, objectivamente, muito pouco ou nada foi realizado neste domínio. Poderemos, no entanto, considerar a criação do Secretariado Nacional de Reabilitação como um marco nesta história recente em que se tem falado de deficientes, assinalando o início de uma nova fase. Mas assim só será se essa nova fase for caracterizada por actos e não apenas por palavras e intenções.

Os deficientes deste País vão lendo os Programas dos Governos e não desgostam; vão tomando conhecimento da nova legislação sobre reabilitação (SNR) e isso acalenta-lhes muitas esperanças (talvez perdidas); vão ouvindo discursos de tomadas de posse e ficam na expectativa; vão-se apercebendo que os responsáveis governamentais reconhecem o valor da sua (deficiente) participação activa na definição e execução duma política nacional de reabilitação e isso entusiasma-os.

Assim, os deficientes vão-se consciencializando que estão reunidas as condições para se promover a sua integração sócio-profissional como membros de pleno direito desta sociedade. Fazemos votos (e por isso nos esforçaremos) para que essa consciência não seja frustrada.

HINO DA ADFA

Conforme noticiámos no último número, o Secretariado Nacional da ADFA deliberou, em reunião de 7 de Janeiro, que deverá ser criado um hino para a Associação.

O hino será a expressão das ideias que os deficientes das Forças Armadas defendem e constituirá um meio para a sua unidade e mobilização cada vez maior em torno da Associação.

O Secretariado Nacional da ADFA deliberou que se deveria apelar aos sócios, leitores e amigos da Associação, para enviarem letras, musicadas ou não, a fim de serem seleccionadas para o hino da ADFA.

Aqui fica esse apelo que, aliás, fizemos já no último número do «Elo».

Entretanto foram já recebidas na Associação algumas propostas, aguardando-se que cheguem muitas mais.

TRAZ OUTRO AMIGO TAMBÉM

A campanha de assinaturas do nosso ELO continua. Apraz-nos registar que muitos amigos da nossa Associação, e consequentemente do nosso Jornal, responderam à campanha «TRAZ OUTRO AMIGO TAMBÉM».

Um só amigo trouxe-nos VINTE E SETE novos amigos. Tal facto, como o de outros amigos que nos trouxeram novos amigos é para nós importante.

E é importante porque tais factos traduzem o êxito que provoca a nossa luta pela reintegração social do deficiente em Portugal. Significa igualmente que as nossas palavras não são levadas pelo vento, mas que encontram pessoas receptivas à nossa luta constante.

Por tal a campanha de divulgação e assinaturas continua.

TRAZ OUTRO AMIGO TAMBÉM

ESTÚDIO FOTOGRÁFICO DA A. D. F. A.

FOTOGRAFIA A CORES E A PRETO E BRANCO

★ VENDA DE ARTIGOS FOTOGRÁFICOS

★ REPRODUÇÕES DE FOTOGRAFIAS MESMO MUITO ANTIGAS

★ REPORTAGENS EM CASAMENTOS, BAPTIZADOS, BANQUETES, ETC.

PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA

LARGO DE S. DOMINGOS — TEL. 36 21 67 LISBOA

FASCISMO NUNCA MAIS

Chegaram finalmente ao solo pátrio as 32 vítimas do Tarrafal.

«FASCISMO NUNCA MAIS»; «HONREMOS AS VÍTIMAS DO FASCISMO»; «HONRA AOS QUE CAÍRAM NA LUTA PELA LIBERDADE DA NOSSA PÁTRIA»; «PARA QUE OS PORTUGUESES NÃO ESQUEÇAM». Estas as frases que acompanharam aquelas 32 cadáveres pertencentes a anti-fascistas, que a besta humana em que se tornou o homem, deportou um dia para o longínquo Tarrafal.

Mais não eram que homens que queriam ser livres e que queriam liberdade para os outros ho-

ver-se, há que encurralá-lo. Foi exactamente isso que aconteceu num dos dias mais belos de sempre — o 25 de Abril de 1974. Nessa data tão querida aos verdadeiros portugueses, amigos da Liberdade, o fascismo foi derrotado, encurralado, mas, infelizmente, não morto. A prova está nos agrupamentos neo-fascistas, na escalada reaccionária, na tentativa de certos bandos de marginais em porem a ferro e fogo as escolas.

Hoje mais do que nunca é importante olhar-se para trás. O que foram esses 48 anos de noite. O que foi a vida dos Portugueses durante essa época.

estivesse a pé. Barracas inteiras tinham os seus componentes de cama, amarelos de bilis, a barba crescida, abandonados aos caprichos de um ilustre capitão do exército e de Esmeraldo Pais Prata, o médico assassino.

«Dos 15 presos que estavam a pé, só ficaram 10 e por fim o seu número diminuiu para 9. Eram eles:

Virgílio de Sousa, enfermeiro diplomado, Silvino Leitão Fernandes Costa e Leonildo Felizardo, seus ajudantes, Manuel Alpedriña, Mário Castelhanos (morto no Tarrafal), Carlos Ferreira, Gabriel Pedro, Boaventura Gonçalves e Armindo do Amaral Guimarães. De dia e de noite, percorriam o campo, revezando-se na sua faina, socorrendo a todos os que exigiam a sua presença. O seu espírito de solidariedade, a sua boa camaradagem, animaram os mais valentes, os mais desesperados.

«Todas as manhãs Virgílio de Sousa, Leonildo Felizardo ou Silvino Leitão Fernandes Costa percorriam as barracas para saberem de nosso estado e verificarem a febre. O termómetro e os clisteres eram os únicos «medicamentos» que possuíamos. Não havia mais nada.

«Durante o dia os corvos vinham grasnar sobre as nossas barracas — no Tarrafal há milhares de corvos — a comer as refeições que nós não podíamos ingerir. Ninguém comia pão, o pão que fora até esta altura o melhor alimento que nos forneceram. Juntavam-se aos montes deles nas barracas ou cá fora.

«A doença dia após dia, deixava-nos mais esgotados. Houve presos que atingiram temperatura de 41 graus, outros de 41,8. O nosso estado era de tal modo grave que os pretos, que trabalhavam na construção dos barracões no interior do campo, foram despedidos pelo engenheiro Bernardo Faria, receoso que o agravamento da nossa doença pudesse provocar uma epidemia em toda a ilha.

«No acampamento ninguém ignorava a falta de medicamentos, e isto era em grande tormento moral. Esperava-se que o primeiro paquete que tocasse a ilha os trouxesse e essa ansiedade dominava os nossos pensamentos, criava em todos uma esperança. Mas o navio não havia meio de

chegar e os caixotes de medicamento não vinham.

«Então uma tragédia muito mais dolorosa começou. A 20 de Setembro faleceram Pedro de Matos Filipe e Francisco José Pereira; a 21, Augusto Costa, da Marinha Grande; a 22, Francisco Domingues Quintas e Rafael Tobias Pinto da Silva; no dia 24, Cândido Alves Barja. O «médico» veio vê-los quando do estavam prestes a morrer, e mandou-os transportar para a enfermaria, onde não lhes prestou a mais ligeira assistência. Depois foram colocados numa divisória ao lado — «na sala mortuária». Para os trazer lá de dentro, com a face tapada, os enfermeiros e outros presos alegavam que o «médico» os ia mandar para o hospital da Praia.

«Rafael Tobias foi colocado na «sala mortuária» na véspera de falecer, pois pensava-se que não duraria senão alguns minutos. A agonia prolongou-se até ao dia seguinte e o fraco ruído do estertor penetrou através do tabique de madeira. Os que estavam melhores, na enfermaria, ouviram-no distintamente e interrogaram os enfermeiros. Atrapalhados, responderam que a camioneta ainda não chegara e ele só partiria à tarde.

«Os caixões foram feitos por alguns dos presos que estavam a pé. Trabalhavam de dia e de noite, para que os corpos dos que morriam não apodrecessem naquele miserável cubículo da enfermaria. O barulho dos martelos, das plainas e das serras enchia o silêncio do campo e da planície, mas ninguém sabia, a não serem eles, o que tudo aquilo queria dizer. Prontos os caixões, vestiam e levavam os mortos. Depois lançavam àqueles rostos deformados pelo sofrimento o último adeus de saudade e fechavam-nos. Pela planície verdejante do capim, ajuados pelo peso do companheiro, fatigados de tanto trabalho, lá iam a caminho do cemitério, abriam as covas e lançavam sobre elas as últimas pasadas de terra. Depois voltavam e ouviam os gemidos, os vómitos, os lamentos dos que nem sequer sonhavam que eles tinham ido levar um companheiro, que não mais tornariam a ver.

«Esmeraldo Pais Prata, o «médico» estava contente. Quando pasosu a última certidão de óbito afirmou:



Coroa de flores oferecida por um grupo de deficientes das Forças Armadas

Foto: Farinho Lopes

em vez de seis, podia muito bem ter passado 15.

«Manuel dos Reis rejubilava também. E nem um nem outro tinham remorsos na consciência. Dois dias depois do falecimento de Cândido Alves Barja, a noite estava chuvosa e Manuel dos Reis veio ao campo. Dois presos, Luís Martins Leitão e Jaime Francisco, estavam às portas da morte. Manuel dos Reis foi informado do seu estado, mas não fez caso. Mandou então chamar José de Sousa e Mário Castelhanos, dois gloriosos filhos do nosso povo, ameaçou-os, insultou-os e comunicou-lhes, vociferando, que nós teríamos que pagar a madeira dos caixões e o pano preto com que foram forrados.

«O estado do campo piorou. Os que estavam de pé esperavam que novos casos fatais se dessem. João Faria Borda, João Campeiro, José de Melo Bandeira e outros, estavam muito mal. O barco esperado, atracou por fim à ilha, mas, em vez dos caixotes de medicamentos, só chegaram duas caixas de injeções de quinino e algumas de óleo canforado, que apenas serviram para os que estavam à morte.

«A pressão exercida pelos presos, as diligências feitas pelo subdirector, capitão José Júlio da Silva, o estado em que todos se encontravam, levaram o «médico» a adquirir na cidade da Praia um garrafão com 10 litros de cloridrato de quinino, que nos foi fornecido. Foi graças a ele que melhorámos.»

«Esmeraldo Pais Prata podia, se quisesse, ter adquirido mais cedo este medicamento. As responsabilidades da morte dos nossos seis camaradas pesam quase inteiramente sobre ele.

«O nosso estado de debilidade era tal que não podíamos manter-nos de pé. Quase não falávamos, convencidos de que aquele restabelecimento era uma continuação da doença e de que nem valia a pena pensar nele. Sentados nas camas, nós olhávamos os campos verdes, mas nada nos alegrava. Lembrávamos os nossos, tão distantes mas tão próximos, e sentíamos a sua falta. Nós tínhamos a bestialidade dos guardas, o ódio e o desprezo do director e de Esmeraldo Pais Prata, o «médico» carcereiro.

«A água, por alvitre nosso, passou a ser fervida mas foram nos escassos dias que durou a autorização do director. Gastava-se lenha, esta custava dinheiro, dinheiro que Manuel dos Reis «economizava» e ninguém sabia para onde ia. Então, depois do jantar, os que estavam melhores iam buscá-la, às escondidas, à cozinha, e a água era fervida à noite, no corredor que ficava entre as barracas. Uma vez, porém, Manuel dos Reis veio ao campo e viu a fogueira. A partir dessa altura houve um severo controlo sobre a lenha. Porém a necessidade de fervermos a água era tão imperiosa que levantámos os estrados das barracas e tirávamos com muita dificuldade alguns barrotos, sempre sob a ameaça de uma inesperada intervenção policial. A água fervia-se de dia, às escondidas, mas não chegava para nos matar a sede.»

PARA QUE OS PORTUGUESES NÃO ESQUEÇAM

As linhas que acima apresentamos foram integralmente transcritas do livro que Cândido de Oliveira — um tarrafalista — sob o título de «Tarrafal: o Pântano da Morte».

Achamos que é importante que factos como os que acima relatamos não caiam no olvido dos portugueses. É importante que todos nós tenhamos conhecimento da bestialidade humana, da ferocidade fascista, pois é importantíssimo que não se repitam, jamais, Tarrafal, Caxias, Aljube. E todos nós, amantes da liberdade, seremos cúmplices, se o fascismo voltar, com a ferocidade que lhe é peculiar. 48 anos de mentiras, ódios, traições, imoralidade, violações de toda a espécie são mais que suficientes. É preciso dizer basta. É urgente respirar-se e viver sob a ameaça fascista. Por tal há que neutralizá-la, isolá-la, para que possamos ser donos de nós próprios, dos nossos pensamentos, do nosso destino. E isso só se consegue em Democracia, por conseguinte teremos que ser todos a construí-la.

O passado-recente forneceu-nos muitas lições e dessas lições há que extrair as ilacções necessárias a fim de que não voltemos a cair nesse passado que desejamos morto e enterrado.

GRUPO DE DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS PRESTOU HOMENAGEM AOS MORTOS DO TARRAFAL

Um grupo de deficientes das Forças Armadas, com predomínio dos trabalhadores da sede da ADFA, quotizou-se para a aquisição de uma coroa de flores que ofereceu, no dia 18 de Fevereiro, aos 32 mortos do Tarrafal, na cerimónia de transladação que se realizou no cemitério do Alto de S. João.

O sentido desta homenagem entende-se nos laços que ligam todas as vítimas do fascismo. Enquanto o expoente máximo do fascismo atingiu as vítimas do Tarrafal, os deficientes das Forças Armadas, produto duma guerra injusta e imposta não foram das menores vítimas da ferocidade fascista.

mens. Salazar, a besta humana, opressor de um Povo que amordaçou e violentou de forma atroz, não podia consentir que discordassem dele. Aliado dos maiores inimigos da espécie humana, Franco, Mussolini e Hitler, tentou calar todas as vozes discordantes.

Muitos foram os portugueses que sofreram na carne o horror e a tortura perpetrados pelo sustentáculo fascista — a Pide. Essa polícia política, que muitos teimam em reabilitar, era o escol da escumalha fascista causadora do atraso em que todos nós vivemos.

Embora todo o Povo estivesse sujeito à enorme prisão que era Portugal, muitos foram os que estiveram sujeitos à prisão dentro da prisão.

Os antigos companheiros de luta pela liberdade e de cárcere, dessas 32 vítimas do fascismo, quizeram manifestar profunda homenagem, aos companheiros caídos. O Povo português esteve presente. Acompanhou a par e passo os esforços desenvolvidos no sentido de se efectuar a transladação dos restos mortais.

Quando o homem se torna o lobo do homem há que se

A besta fascista espreita cada passo que a democracia dá e estende-lhe as suas garras. Garras que o Povo português não quer voltar a sentir.

PÂNTANO DA MORTE

«A princípio nem latas para satisfazer as nossas necessidades, cada um de nós tinha de se levantar e ir, cheio de febre, à retrete, que ficava quase no outro extremo do campo. Por fim as forças faltavam-nos e durante o dia, até fins de Setembro (1937), no campo de concentração, verde de capim que crescera, ouviam-se apenas os gemidos dos presos que estavam muito mal, os vómitos dos que não suportavam já a comida e a voz de um outro, chamando um companheiro que



Impressionante aspecto da chegada das 32 urnas ao aeroporto da Portela